

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
FACULDADE DE MEDICINA
CURSO DE PSICOLOGIA



Trabalho de Conclusão de Curso

Economia solidária: utopia e formas de profanação

Laís Vargas Ramm

Pelotas, 2016

Laís Vargas Ramm

ECONOMIA SOLIDÁRIA: UTOPIA E FORMAS DE PROFANAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Psicologia da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Orientador: Édio Raniere

Pelotas, 2016

Laís Vargas Ramm

ECONOMIA SLIDÁRIA: UTOPIA E FORMAS DE PROFANAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado, como requisito parcial, para obtenção do grau de Bacharel em Psicologia, Curso de Psicologia, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa:

Banca examinadora:

.....
Prof. Dr. (Orientador)
Doutor em pela Universidade.....

.....
Prof. Dr.
Doutor em pela Universidade.....

.

Aos que sonham com uma outra economia e uma outra sociedade.

Agradecimentos

Este é o último trabalho de uma graduação intensamente vivida, cheia de encontros, afetos e aprendizados. É por isso que eu sou grata a uma galera!

Ao Deus que eu já resignifiquei muito, mas segue sempre comigo, “tão certo como o ar que eu respiro”.

Aos meus pais, por tudo. Nem tem como resumir a importância de vocês. Do que eu falaria? Do afeto? Da educação? Do apoio? É inefável. Só posso traduzir em amor.

Ao meu irmão, minha gratidão infinita: pelo apoio em cada plano, pelo entusiasmo, pelos compartilhamentos. Pelo empréstimo generoso da casa. À minha cunhada, pela amizade, pela parceria, e pelos bons momentos compartilhados. Ao meu sobrinho, por ser a criatura mais linda do mundo e por ter enchido tanto meu mundo de alegria.

Aos meus avós, pela doçura, a simplicidade, o carinho.

À minha família inteira: primos, dindos e tios: trago cada um(a) no coração e na vida.

Ao meu orientador Édio Raniere, pelo entusiasmo na pesquisa, sobretudo. Pela orientação libertadora e paciente. E por junto comigo, incluir o tema da utopia nas discussões cotidianas. Por me ajudar a pensar em possibilidades futuras na psicologia, e pela torcida nesses projetos. Gratidão, profe! Aprendi muito contigo.

À Lilian Hack, que me deu dicas fundamentais na escrita do projeto de pesquisa.

À professora Janaína, que tendo sido banca do projeto, não só deu sugestões importantes como disse uma frase que me ressoou durante o tcc inteiro “é pra não servir pra nada mesmo”, principalmente nos momentos em que eu titubeei por estar fazendo uma pesquisa pouco ortodoxa. Me ajudou a perceber que não é para ser uma ferramenta utilitarista, é para disparar questões e oferecer pistas desde a psicologia para aqueles que se recusam a deixar de sonhar.

À professora Rochele. Minha gratidão a ti e às circunstâncias que permitiram que tenhas sido minha supervisora de clínica. Aprendi muito contigo. Obrigada por de um jeito tão sensível e bonito acreditar no meu trabalho como terapeuta, até me fazer acreditar também.

Ao TECSOL, pelos aprendizados, as utopias, e por me tornar melhor do que eu era. Aos tecsolinos, os colegas bolsistas e voluntários, que eu gostaria muito de nominar, mas que ao longo destes quatro anos e meio foram tantos que seria impossível, mas enfim, que se reconhecem no meu agradecimento: pela amizade, pelos abraços, pelos aprendizados nos diálogos interdisciplinares, os quentões, os desabafos, a confiança, os mate-doces, o perdão (quando era necessário), o companheirismo todo da construção coletiva. E aos professores, que me ensinaram que a autogestão podia ser de verdade, e não só um discurso bonito: o Lúcio pela sensibilidade e assertividade de sempre nas suas observações, o Henrique pela coerência e o trabalho cooperativo de verdade, o Antônio pelo exemplo tão bonito de tornar a economia solidária uma parte fundamental da vida, mais do que um campo de pesquisa e extensão. A Regina pelo olhar sensível e confiante com que vê as pessoas, que é lindo e faz toda a diferença. Também ao NESIC, pela sempre parceria com o TECSOL.

À Rose, por juntas, no TECSOL, através do trabalho conjunto em vários gts, termos nos inventado “um pouco mais psicólogas” a cada dia. Nas longas discussões sobre nossas próprias contradições e das abordagens teóricas que estudamos. E claro, sobretudo pela amizade.

A todos os professores do curso de psicologia com quem pude ter aula. Cada um deixou um tipo de aprendizado diferente. Alguns também foram um pouco “terapeutas”, outros foram amigos. O Ney pela amizade e por me ensinar a ter uma postura mais crítica diante das instituições e da própria psicologia. O José Ricardo, pela orientação implicada no estágio específico em saúde. À Marta por ser sempre tão “maternal” com nossa turma. À Cynthia pelo apoio durante o intercâmbio. E a todos os demais que não conseguiria citar aqui, sem exceção, minha gratidão pelo empenho na construção do curso e da nossa formação.

À minha terapeuta Rose, por, como sugeriu Jung, ao tocar uma alma humana ser apenas outra alma humana.

A todas e todos os colegas da turma. Cada um e cada uma de vocês me ensinou algo. Foi um prazer dividir a formação com vocês. E as angústias, e crescermos todos juntos. Um agradecimento especial àqueles cujas trajetórias se fizeram mais perto da minha: Clita, Diego, Jéssica, Mari (unicórnio amado), Moisés e

William. Em diferentes momentos, e também ao mesmo tempo, vocês tornaram muito mais bonita essa trajetória.

Aos Devirantes, e a todos os que travaram lutas por democracia na Leiga.

Aos vaga-lumes, grupo de pesquisa, pelos pitacos, os compartilhamentos, o apoio, a profanação da autoria, a amizade. Muito obrigada Mari, Ray e Moser.

Aos trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária com quem convivi nestes anos: vocês me ensinaram muito!

Às pessoas que reservaram um tempo para me dar entrevista e falar dos seus sonhos. Sou-lhes muito grata! Mais do que entrevistas, foram conversas riquíssimas, todas elas.

Aos amigos que conheci no México, por, no tempo em que estive longe de casa, me mostrarem que “casa” é algo bem maior do que a gente costuma pensar, ao mesmo tempo que é bem mais simples, e talvez se traduza em acolhimento.

Às minhas amigas e amigos. Alguns recentes, outros de uma vida inteira, peço permissão ao Vinícius¹ pra agradecer a vocês com as palavras dele:

E eu poderia suportar, embora não sem dor, que tivessem morrido todos os meus amores, mas enlouqueceria se morressem todos os meus amigos! Até mesmo aqueles que não percebem o quanto são meus amigos e o quanto minha vida depende de suas existências... A alguns deles não procuro, basta-me saber que eles existem. Esta mera condição me encoraja a seguir em frente pela vida.

A todas e todos vocês, obrigada, e há-braços. Continuará havendo.

¹ Trecho do poema “Amigos”, de Vinícius de Moraes.

... sabemos que para o que se segue temos de escutar outras vozes e necessitamos que estas outras vozes se escutem entre elas. Precisamos de um encontro, dois, três, muitos encontros para poder construir juntos este caminho – e se este caminho não existe, pelo menos nos divertimos bastante tratando de encontrá-lo... (Subcomandante Marcos)

Resumo

RAMM, Laís Vargas. **Economia solidária: utopia e formas de profanação**
Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Psicologia, Faculdade de Medicina,
Universidade Federal de Pelotas, Pelotas-RS, 2016.

O presente trabalho discute a utopia como elemento que agencia a participação dos atores que constroem o fenômeno da Economia Solidária. Para tal, é composta uma cartografia da Feira Virtual Bem da Terra, experiência de consumo responsável que acontece na cidade de Pelotas – RS. Primeiramente, discute-se o conceito de economia solidária, em seguida de utopia, aqui sendo compreendido em relação com o conceito de profanação, proposto por Agamben. A partir disso, o trabalho discute a relação da utopia com os participantes da “feira”, através da realização de entrevistas semi-estruturadas com produtores, consumidores e membros da equipe de incubação que assessora a experiência. Por fim, o trabalho conclui que há utopias que agenciam a participação dos que constroem a economia solidária, e que estas utopias relacionam-se com a expansão do acesso aos produtos da agroecologia e da economia solidária. Discute-se também que os sonhos, na Economia Solidária, podem ser chamados de uma “utopia menor”, a partir do texto de Deleuze e Guattari sobre a literatura de Kafka, uma vez que a economia solidária se dá no coletivo e fala das condições do povo.

Palavras-chave: utopia; Economia Solidária; profanação.

Abstract

This work discusses the utopia as part touting the participation of the actors who construct the phenomenon of Solidarity Economy. To this end, it comprises a map of "Feira Virtual Bem da Terra", responsible consumption experience that happens in the city of Pelotas - RS. First, we discuss the concept of solidarity economy, then utopia, here being understood in relation to the concept of profanation, proposed by Agamben. From this, the paper discusses the relationship of utopia with the participants of the "fair", by conducting semi-structured interviews with producers, consumers and members of the incubation team that advises the experience. Finally, the paper concludes that there are utopias that promote the participation of building the solidarity economy, and that these utopias are related to the expansion of access to the products of agro-ecology and the solidary economy. It also discusses the dreams of the Solidarity Economy can be called a "minor utopia", from the text of Deleuze and Guattari about Kafka's literature, since the social economy takes place in the collective and speaks about the conditions of the people.

Keywords: utopia; Solidary Economy; profanation.

Sumário

Por onde anda nosso caminhar utópico	12
Metodologia.....	15
Uma leitura do conceito de Economia Solidária (ou Da composição entre arcaico e contemporâneo na autogestão).....	18
Uma profanação do conceito de utopia (ou Da criação de cenários sociais em lusco-fusco)	27
A Feira Virtual Bem da Terra: consumo responsável e utopias de profanação.....	42
Passos de uma utopia menor (Ou Sobre como inventar uma conclusão).....	61
Referências bibliográficas	65
Apêndices.....	68

Por onde anda nosso caminhar utópico

A utopia está presente em diversas formas na condição humana, podendo ser entendida, dependendo do referencial teórico com o qual se trabalha, tanto como um projeto de sociedade, com passos a seguir, como pode também ser compreendida como um devir, um movimento de criação em direção àquilo que *ainda não é*.

Pensando-se no contexto da economia solidária, que se ancora na práxis das iniciativas, que se reivindica mais um fenômeno social do que projeções teóricas a respeito de uma nova sociedade, de que maneira a utopia, enquanto fenômeno psíquico, social e cultural, participa dessas iniciativas? Para além do que diz a produção teórica a respeito da economia solidária e suas relações com a utopia, e talvez mais do que a respeito dela, é pertinente indagar de que forma a economia solidária se constitui enquanto um dispositivo de criação, de algo que supera o presente na sua forma mais imediata. Nesse sentido, é necessário pensar de que forma a utopia está presente em seus atores, como ela se relaciona com seu desejo, se é de forma a vislumbrar a superação do modelo social vigente, ou se é uma prática afirmativa e microrevolucionária, de invenção das relações presentes de trabalho e consumo, ou ainda, se ela congrega estes e outros fatores.

A economia solidária, pensando-se na sua participação nas cidades, está nos mais diversos segmentos, de produção, consumo, distribuição, crédito e serviços. No meio rural, ela se relaciona muito intimamente com a agroecologia e com a agricultura familiar. Onde está a utopia e de que forma ela agencia, por exemplo, uma produção diferenciada de alimentos, sem o uso de defensivos químicos, e contando com a organização coletiva dos camponeses? E, no contexto do consumo responsável, seria a utopia um disparador para que as pessoas abandonem a facilidade das compras em supermercado, e se engajem em coletivos de consumo? E o que coloca estes coletivos em um papel diferenciado em relação às formas tradicionais de compra?

A discussão que relaciona a economia solidária ao conceito de utopia, embora embrionariamente posta, é antiga, e remete-se às origens históricas da chamada “outra economia”. Ela pode remontar-se às iniciativas do cooperativismo europeu do século XIX, muito baseadas nas ideias dos chamados socialistas utópicos, Fourier, Saint-Simon e Owen. Mais contemporaneamente, a questão da

utopia está posta nas discussões a respeito da economia solidária de uma forma também indireta, enquanto se questiona a função da economia solidária como ruptura que acontece no interior do sistema capitalista, podendo ser compreendida como uma alternativa ao desemprego e à pobreza, sem pretensões a transformações sociais mais amplas, ou como um conjunto de iniciativas que acontecem a partir da crítica ao capitalismo, tal como compreende Singer (2002) que vê a economia solidária como dotada de características de um modo de produção, podendo futuramente ser capaz de competir com o capitalismo, com vistas de constituir-se enquanto sistema econômico.

Neste trabalho, a fim de compor uma leitura acerca da relação dos participantes da economia solidária com a utopia, discutimos uma iniciativa que articula produtores associados, consumidores, e incubadoras universitárias. A referida experiência acontece na cidade de Pelotas e chama-se Feira Virtual Bem da Terra. Trata-se de uma rede de produção, que comercializa produtos de diversos tipos, articulada a um coletivo de consumidores, organizados enquanto grupo de consumo responsável (GCR). O enfoque da iniciativa prioriza a produção local, e as compras se dão pela internet. No contexto da feira, três grupos podem ser identificados como protagonistas da experiência, sendo eles: as incubadoras tecnológicas de empreendimentos econômicos solidários das universidades federal e católica de Pelotas (UFPel e UCPel), o coletivo de consumidores, organizado em 20 núcleos que se reúnem periodicamente e os empreendimentos de economia solidária que compõem a Associação Bem da Terra e participam enquanto fornecedores dos produtos comercializados pela feira

A discussão se dará acerca da problemática aqui colocada: de que maneira, e em que medida, os sujeitos que constroem o fenômeno da economia solidária o fazem a partir do que concebemos (e, sobretudo, do que eles e elas concebem) como sendo “utopia”?

Os capítulos que seguem discutirão o conceito/fenômeno de economia solidária, partindo para uma compreensão, ou, melhor dizendo, para uma discussão “profana” do conceito de utopia. A partir destes necessários debates conceituais, passamos às relações entre a economia solidária e a utopia, ou mesmo, passamos à discussão sobre as utopias presentes na construção da economia solidária, a

partir das contribuições dos participantes da Feira Virtual Bem da Terra, que nos apresentaram com seus relatos.

Metodologia

Para que possamos analisar de que forma a utopia agencia a participação dos atores que constroem o fenômeno da economia solidária, através da experiência da Feira Virtual na cidade de Pelotas, nos utilizamos da história oral enquanto instrumento metodológico. Portelli (1997) situa a história oral como importante ferramenta de resgate da história da classe trabalhadora, embora não apenas desta. O autor faz este destaque em relação à classe trabalhadora porque as classes dominantes sempre foram possuidoras dos mecanismos de domínio da linguagem escrita.

O cuidado indicado por Portelli (1997) é de que na história oral a fonte mais significativa deve ser a própria oralidade, o que aponta para o fato de que a excessiva valoração dada à transcrição por algumas pesquisas acaba por voltar para a escrita o enfoque da análise. E a escrita, por sua vez, não é capaz de captar as sutilezas da fala que revelam conteúdos importantes no entrevistado. As regras cada vez mais elaboradas de transcrição, segundo a perspectiva do autor, sufocam a escuta e o processo inventivo da pesquisa.

Nessa perspectiva, transcrevemos das entrevistas realizadas apenas suas partes utilizadas no trabalho, bem como as falas próximas a elas, ou seja, priorizamos aquelas que foram articuladas ao texto final, juntamente com a discussão conceitual. Tomamos o máximo de cuidado para não perder de vista que “a transcrição transforma objetos auditivos em visuais (...)” (PORTELLI, p.27), e sobretudo que a gravação das entrevistas, recurso que pode ser revisitado quantas vezes necessário ao longo da análise de dados, é o elemento mais potente, uma vez que como enfatiza Portelli (1997), a fonte mais importante na história oral, é a fala.

Portelli (1997) aponta que não há objetividade na história oral, e que o resultado de uma pesquisa através dela é construído conjuntamente pelo entrevistador e o pesquisado. No entanto, o pesquisador, ao escolher as temáticas a serem abordadas tem um papel fundamental nessa construção, é ele quem ficciona e direciona a pesquisa.

Nesse sentido, de reconhecer que a pesquisa é um processo de criação, que não há objetividade possível, e que é da trama relacional entre aquele que busca as informações e aqueles que contam sua história que podemos chegar a algumas

conclusões, que de forma alguma são generalizáveis, é no viés cartográfico que buscaremos inspiração para a composição aqui proposta. A cartografia, enquanto metodologia de pesquisa com inspiração nas ideias de Gilles Deleuze e Michel Foucault, se popularizou no Brasil a partir de Rolnik (1989).

Rolnik (1989) propõe a compreensão da cartografia a partir de uma prática do geógrafo, para o qual cartografar é acompanhar e desenhar um território ao mesmo tempo em que as mudanças acontecem nele, diferentemente do mapa, que é um produto final. A autora explica que paisagens psicossociais também são cartografáveis, e que pesquisar dessa forma é dar língua aos afetos que pedem passagem no corpo, reconhecendo as limitações do processo de produção de conhecimento. Para ela, “(...) O cartógrafo é antes de tudo um antropófago.” (ROLNIK, p.16, 1989). Ser antropófago na pesquisa através da filosofia da diferença, para a autora, é utilizar-se de material de qualquer procedência, desde que ele permita uma composição a partir do desejo. O desejo, aliás, é protagonista na pesquisa cartográfica, uma vez que ela trata da sua formação no campo social.

Rolnik (1989) aponta que cartografar é ter sempre em vista a coexistência entre micro e macropolítica. Esta prática dá suporte à nossa pesquisa, uma vez que pensar a utopia é lançar o olhar sobre o desejo de sujeitos e grupos, e que por ele passa a invenção da economia solidária, em Pelotas e onde mais ela acontece.

Enquanto pesquisadores antropófagos, ou cartógrafos, como quisermos chamar, “antropofagizamos” aqueles que teorizam a respeito da utopia, a fim de construir uma compreensão singular da mesma, e também “antropofagizamos” a história, através da oralidade, daqueles que compõem a experiência da Feira Virtual. Para tornar possível o devorar das histórias, nos utilizamos da entrevista semi-estruturada. Além disso, pensando na ideia de que “cartografar é acompanhar processos” (POZZANA & KASTRUP, 2009, p.52), não podemos aqui desconsiderar que a feira virtual esteve de alguma maneira próxima a nós neste período de funcionamento, em alguns momentos mais, outros menos. Isto deve ser considerado, sobretudo para pensar nas implicações do sujeito que pesquisa, uma vez que partimos do paradigma de que não há neutralidade possível e de que é a partir das tensões singulares entre o pesquisador e seu “objeto” que se pode chegar a um problema.

A entrevista semi-estruturada, segundo Boni e Quaresma (2005), combina questões abertas e fechadas, e é conduzida em um clima informal. O entrevistado tem liberdade para contar sua história, fatos que julgar pertinentes, mas o entrevistador deve estar apto para reconduzir ao tema inicial sempre que possível e necessário. Esse tipo de entrevista tem um roteiro pré-estabelecido de questões, ainda que outras possam ser acrescentadas na hora com cada um dos entrevistados, para permitir maior fluidez à conversação e uma compreensão mais efetiva dos relatos, das experiências e das ideias dos participantes.

Essas entrevistas revelam um pouco sobre as razões e *desrazões*, desejos e utopias que agenciam e tornam possível a participação dos atores na experiência de economia solidária aqui discutida. Antes do início das entrevistas, o projeto de pesquisa foi submetido ao sistema Plataforma Brasil, que o encaminhou para o Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal de Pelotas, que por sua vez, o aprovou. Todos os entrevistados assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) e foram informados a respeito dos objetivos e dos procedimentos da pesquisa.

Foram entrevistadas quatro pessoas de cada um dos grupos: produtores, consumidores e incubadoras. Na construção do roteiro de entrevista, priorizamos a história de cada sujeito na feira virtual, os motivos da sua participação, a percepção deles sobre ela, e suas expectativas em relação ao futuro da iniciativa. Também tiveram importância questões que apontam para a percepção dos participantes em relação ao caráter coletivo da experiência, de que forma conseguem articular-se com os pares, e se, e de que maneira relacionam a feira com a ideia de transformação social, sonho e utopia.

Para identificar os participantes da pesquisa, preservando-lhes o nome, a cada um deles foi dada uma letra, simbolizando a inicial do nome. Para situar cada entrevistado no grupo do qual participa, consumidor, produtor ou parte da equipe de incubação, eles receberam também sobrenomes. Os produtores foram chamados de “dos Sonhos”, a equipe de incubação, “da Criação”, e os consumidores “do Devir”. Os três termos estão relacionados ao conceito de utopia, e facilitaram a escrita do terceiro capítulo, que é uma cartografia da experiência da Feira Virtual a partir das entrevistas realizadas.

Capítulo I

Uma leitura do conceito de Economia Solidária (ou Da composição entre arcaico e contemporâneo na autogestão)

Seria inevitavelmente falha a tentativa de remetermo-nos ao exato início das iniciativas de economia solidária. Mais falha ainda seria a tentativa de traduzir, na escrita, com exatidão, uma definição geral da chamada “outra economia”, ou capturar sua emergência histórica, seus antecedentes e as projeções sociais feitas a partir dela. No entanto, não consideramos aqui este “fracasso” como algo negativo. Souza (2006) pontua que a escrita é um fracasso necessário, que ela, enquanto processo criativo se dá a partir de uma inspiração utópica, na qual mais importa a potência de pensar do que o pensamento propriamente dito, mais a folha em branco do que a escrita. A escrita seria, portanto, aquilo que ainda não é, e quando consolidada em texto, jamais traduz plenamente o que o processo criativo é em devir.

Cruz (2006) aponta para o fato de que iniciativas econômicas de caráter coletivo, com repartição igualitária dos resultados do trabalho são comuns ao longo de toda a história das sociedades. Estas iniciativas, organizadas enquanto contraponto ao sistema capitalista, por sua vez, são também tão antigas quanto ele, afirma o autor. Escrever sobre Economia Solidária, portanto, ainda que o conceito tal como conhecemos hoje possa ser recente, é falar de um devir amplamente presente na história das sociedades. E escrever sobre algo tão presente, e ao mesmo tempo tão fugidio diante da organização hegemônica da economia e da cultura, é captar apenas uma pequena parte disto. Uma parte ficcionada pela escrita, e a partir dos afetos da experiência empírica, unidos ao contato com aquilo que dizem as teorias a respeito da economia solidária.

A tentativa que aqui fazemos, de maneira muito embrionária e “fracassada”, no sentido positivo do fracasso, é de ao mesmo tempo trazer uma leitura e uma escrita do fenômeno da economia solidária. Uma leitura porque sozinhos nada dizemos, e uma escrita porque aquele que escreve, cartografando movimentos desde a sua perspectiva, ficciona. E ficcionar, por sua vez, é inventar o mundo. E

talvez inventar o mundo – frágil e timidamente – seja aquilo que de fato faz a economia solidária.

Singer (2002) situa a emergência histórica da economia solidária logo após o início do capitalismo industrial na Europa, a partir das consequências deste na vida dos trabalhadores, como as jornadas exaustivas e a exploração do trabalho infantil. O esgotamento físico dos trabalhadores passou a prejudicar os lucros das empresas. Uma das respostas a isso foi pensada por Robert Owen no início do século XIX, que reduziu a jornada de trabalho e aboliu o trabalho infantil, construindo escolas para as crianças. A fábrica têxtil, pertencente a Owen e situada em New Lanark logo aumentou seus lucros, e visitantes do mundo inteiro interessavam-se em compreender a fórmula, através da qual um melhor tratamento aos trabalhadores, garantia também maior lucratividade da empresa.

Singer (2002), ao contextualizar a origem da Economia Solidária, pontua o fato de que após a Revolução Francesa, sucederam-se uma série de guerras na Europa, que se encerraram em 1815. Com o fim das guerras, especialmente a Grã Bretanha teve sua economia muito abalada. Owen diagnosticou a partir disto que o abalo na economia e expansão da pobreza se dava pela extinção da movimentação econômica em torno do mercado bélico. Em sua leitura, era necessário gerar empregos, para que os pobres se tornassem economicamente ativos, e, voltando a consumir, movimentassem a economia.

A partir disto, em 1817, Owen propôs ao governo britânico que substituísse a distribuição do fundo de sustento aos pobres pela aquisição de terras, nas quais seriam formadas Aldeias Cooperativas, com 1200 pessoas cada. A ideia das Aldeias era justificada ao governo com cálculos econômicos que visavam demonstrar que, em longo prazo, o investimento seria economicamente vantajoso uma vez que se extinguiria a necessidade de subsidiar os pobres. A proposta de funcionamento das aldeias era de produção cooperativa dos bens necessários à subsistência, sendo que o excedente poderia ser trocado entre elas. O governo britânico, no entanto, recusou a proposta e Owen mudou-se para os Estados Unidos esperando, em outras terras, conseguir aplicar seu projeto das Aldeias Cooperativas. Lá fundou a primeira experiência em New Harmony, no estado da Indiana, onde permaneceu até 1829, quando retornou à Europa. Neste momento, a ideia das aldeias já se havia

difundido e experiências semelhantes foram se constituindo por toda a parte (SINGER, 2002).

Paralelamente ao fim de uma legislação que proibia a organização sindical, passaram a criarem-se as primeiras cooperativas Owenistas. Uma das mais famosas foi a primeira cooperativa moderna de consumo em Rochdale, formada por 28 tecelões que se organizaram para comprar produtos necessários à sua subsistência, diante das dificuldades financeiras que encontravam para comprar esses gêneros (MELO, 2007). Esses trabalhadores redigiram princípios que norteavam seu funcionamento, os princípios do cooperativismo, que se assemelham em muitos pontos ao que hoje se concebe como os princípios da Economia Solidária. Com o tempo, os chamados “Pioneiros de Rochdale” expandiram-se para outras cidades, e com o crescimento acabaram distanciando-se do funcionamento autogestionário (MELO, 2007). O número de cooperativas, nesta época, crescia significativamente na Europa, e este movimento era articulado às lutas sindicais (SINGER, 2002).

Também dentre as origens principais do cooperativismo, Singer (2002), aponta os falanstérios de Fourier, nos quais o trabalho deveria organizar-se a partir das paixões de seus membros. Haveria uma renda mínima distribuída entre todos, o que permitiria que o trabalho não se voltasse ao sustento, mas a uma escolha que efetivamente se relacionaria à satisfação dos trabalhadores. Diferentemente, das aldeias owenistas, no entanto, a propriedade privada em Fourier é mantida, e os meios de produção são de propriedade coletiva, mas divididos a partir de ações, portanto não de forma igualitária.

Cruz (2006) aponta para a dificuldade em identificar o momento em que o conceito de “economia solidária” passou a ser utilizado. No entanto, esclarece o autor, o termo não nasce da idealização de uma nova sociedade, mas da percepção, por parte de diferentes teóricos, em diferentes países, de um fenômeno social emergente entre as décadas de 80 e 90 na América Latina. Segundo o autor, se supõe que o primeiro a utilizar o termo “economia solidária” foi Luiz Razeto, em 1984, que começava a diferenciar a economia emergente (solidária) daquela característica das cooperativas tradicionais, uma vez que estas últimas funcionariam em caráter subordinado ao mercado capitalista:

(...)Ou, em outras palavras, não havia uma utopia social correspondente à estruturação do mercado e à estruturação do Estado que correspondesse às relações sociais de produção inovadoras presentes na forma cooperativa de produção, de distribuição e de acumulação. Havia no seu entendimento, portanto, uma contradição entre a busca de relações sociais igualitárias no interior do cooperativismo e as relações sociais de concentração/exclusão no entorno sócio-econômico das cooperativas, o que não era – segundo Razeto – objeto da crítica e/ou do projeto histórico do cooperativismo. (CRUZ, 2006, p. 38)

Já quando procura situar historicamente o conceito, rememorando os escritos de Razeto, Cruz (2006) insere incipientemente o debate da utopia em torno da construção do fenômeno da economia solidária, ao mesmo tempo em que esclarece que ela trata, sobretudo, de iniciativas que se inscrevem na história através da construção presente de processos de diferenciação nas relações de trabalho, construídos por trabalhadores e trabalhadoras. Para compreender a dinâmica dessas iniciativas tomamos aqui a definição deste autor no que tange aos empreendimentos de economia solidária:

O conjunto das iniciativas econômicas associativas nas quais (a) o trabalho, (b) a propriedade de seus meios de operação (de produção de consumo, de crédito etc.), (c) os resultados econômicos do empreendimento, (d) os conhecimentos acerca de seu funcionamento e (e) o poder de decisão sobre as questões a ele referentes são compartilhados por todos aqueles que dele participam diretamente, buscando-se relações de igualdade e de solidariedade entre seus partícipes. (CRUZ, 2006, p. 69)

À luz desta definição, a economia solidária é, portanto, um conjunto de empreendimentos, que podem ser de produção, comercialização, distribuição, consumo, prestação de serviços, pesquisa, dentre outros, que guardam consigo algumas características similares, e que se organizam a partir de princípios diversos dos da economia capitalista (hegemônica), embora se constituam em seu interior. Seria, portanto, possível aproximar ao debate da economia solidária, o conceito de utopia? Cruz (2006), já em sua discussão conceitual acerca do fenômeno da economia solidária, aponta que ela ultrapassa a esfera do econômico, mas incorpora-se à ordem do sócio-político, e do que ele chama de ideológico-utópico. Para que nos possamos lançar nesta discussão, no entanto, é necessário reconhecer que não há consenso nem no que diz respeito à compreensão da função da economia solidária no interior da economia capitalista, tampouco no que diz respeito ao conceito de utopia.

Deixando em suspenso este debate que relaciona a economia solidária à utopia – ou, se preferirmos, ao sonho de transformação social - nos parece

fundamental, antes de tudo, discutir como a economia solidária “acontece”, do ponto de vista das relações travadas entre os sujeitos que a constroem. Conseqüentemente, discutimos de que forma essas relações se diferenciam das estabelecidas nas iniciativas econômicas tradicionais.

Dentre as características fundamentais da economia solidária se encontra a ideia de autogestão. Trata-se de uma economia que se reivindica “sem patrões e empregados”, e cuja aposta está na organização coletiva das trabalhadoras e trabalhadores. A autogestão, na economia solidária, não é, no entanto, uma construção pronta, mas se dá por processos de apropriação dos trabalhadores das questões que tangem aos empreendimentos. Melo (2007) sugere que pensemos em “autogestões”, no plural, uma vez que cada uma tem particularidades, e não é possível ou aconselhável pensar em termos totalizantes. É importante que se frise isso, uma vez que os empreendimentos econômico-solidários são majoritariamente compostos por trabalhadores oriundos de relações heterogestionárias de trabalho, e que, portanto, reproduzem essas relações em seus discursos, práticas, constituição de lideranças e divisão de trabalho.

Nascimento (2011) chama atenção para o fato de o conceito de autogestão ser bastante recente, tendo aparecido pela primeira vez em 1968, na França. No entanto, contrapõe o autor, a vivência da autogestão é muito mais antiga do que isto e coincide com a história das organizações dos trabalhadores. Ela seria, segundo esta perspectiva, o meio pelo qual os trabalhadores constituem, coletivamente, formas de enfrentamento às relações de exploração do mundo do trabalho. Cançado (2008) escreve que “(...)A autogestão pode ser considerada, então, uma nova-velha forma de organizar o trabalho” (p.101), uma vez que embora ela seja experimentada há muito tempo, em nossa atual conjuntura social ela acaba se apresentando como novidade, uma vez que os trabalhadores não a vivenciam comumente, pelo menos não enquanto forma de organização do trabalho. Talvez essa imagem de nova-velha, criada pelo autor, possa ser potente para pensar a organização da economia solidária, porque as formas associativas de organização do trabalho existem antes mesmo da emergência do sistema capitalista, ao mesmo tempo que apontam para algo novo, para uma perspectiva diferente de futuro, seja na vida dos sujeitos e grupos que participam dessas iniciativas, ou – para os sonhadores – apontando para um novo tipo de organização social.

A autogestão, especialmente no contexto da economia solidária, é um desafio constante aos empreendimentos, uma vez que demanda a democratização não somente no que tange às decisões administrativas do grupo, mas também ao conhecimento mais aprofundado dos processos envolvidos no trabalho, diferentemente das empresas tradicionais, majoritariamente pautadas pela organização científica do trabalho, hierárquica, alienante e específica no que concerne às tarefas de cada trabalhador. Cançado (2008) aponta que na heterogestão, que é hegemônica no sistema capitalista, quem está abaixo obedece quem está mais acima, sendo que a pirâmide tem muitos na base, e vai ficando cada vez mais restrita quando chega ao topo, onde estão os cargos mais altos.

A autogestão está dentre os princípios da economia solidária - ao lado da sustentabilidade, da cooperação, da solidariedade e da viabilidade econômica. Ela não trata apenas de uma forma de organizar a gestão dos empreendimentos, mas envolve a criação de processos de singularização (GUATTARI e ROLNIK, 1986), que se opõem à ideia de indivíduo. O sistema econômico, tal como hegemonicamente constituído, engendra aquilo que chamamos de cultura, e nossas formas de nos relacionarmos e de nos colocarmos no mundo. Nesse sentido, nossa compreensão é de que uma economia que funciona a partir do coletivo - na autogestão - cria condições de possibilidade de invenção de processos de subjetividade, diferentes daqueles que o capitalismo dispara.

Trabalhar em uma posição diferenciada daquela tradicional que direciona os sujeitos a papéis de subordinar ou ser subordinados implica a necessidade de inventar novas estratégias de coexistência. Isto envolve, sobretudo, relações mais estreitas, em que uns sujeitos ouvem os outros, já que aqui tratamos de uma economia onde se pretende que todos tenham não apenas voto, mas voz. Este processo iminente relacional está permeado, obviamente, por conflitos, mas se mantém vivo e possível através da convivência entre os diferentes: desde as diferenças relativas a ponto de vista político, até aquelas mais relacionadas ao entendimento sobre as formas de inserção no mercado, dentre tantas outras.

Para exemplificar a questão da construção dos empreendimentos e redes da economia solidária a partir da “diferença”, aludimos a uma discussão comum nos

encontros de incubadoras² de empreendimentos econômico-solidários: as dificuldades encontradas pelos grupos de artesanato. Ao ouvir relatos de extensionistas que trabalham com empreendimentos de economia solidária que produzem artesanato em diversas regiões do Brasil, constata-se que muitos encontram dificuldades na comercialização, por serem produtos muito semelhantes uns aos outros, pouco relacionados às particularidades culturais da região em que está situado o grupo, ou mesmo com outras contribuições da arte e da cultura que “valorizariam” os produtos. Ou seja, ao mesmo tempo em que a economia solidária tem agentes preocupados com questões de inovação, através da discussão das tecnologias sociais³, por exemplo, também encontramos uma quantidade significativa de sujeitos e grupos fortemente vinculados a produções que, não acompanhando a velocidade de transformações próprias de nosso tempo e do sistema econômico vigente, pouco conseguem inserir-se no mercado, tanto nos espaços tradicionais de comercialização, quanto nos espaços específicos da economia solidária. O desafio maior a que se propõe esta economia, portanto, é o estabelecimento de redes e a constante constituição de coletivos que articulam todas estas, e muitas outras diferenças.

O exemplo dos grupos de artesanato nos ajuda a pensar na confluência de saberes populares que compõe a economia solidária, e que dialogam entre si, através da autogestão, que se constituiu em uma ética da diferença. Essa diversidade, que inclui por vezes em um mesmo fórum ou associação grupos de senhoras de 70 anos, que hoje fazem aquele trabalho em crochê que aprenderam aos 8, e agroindústrias de laticínios ligadas a movimentos sociais, e ainda, grupos ligados ao anarquismo, é a constituição de um mosaico social na economia solidária que comporta o que há de mais arcaico, e o que há de mais contemporâneo.

Na economia solidária, os saberes populares, mesmo aqueles que hegemonicamente no meio social são considerados obsoletos ou inferiores, ganham

² As incubadoras são instituições, ligadas ou não a universidades, que realizam atividades de assessoria e formação junto a grupos de economia solidária que estão em sua fase de constituição, auxiliando-os quanto a demandas tecnológicas, jurídicas, relacionais, dentre outras. As incubadoras brasileiras, de maneira geral, trabalham a partir dos princípios da educação popular, através de práticas dialógicas de trocas de saberes com os empreendimentos, destituindo a hierarquia entre o saber acadêmico e o saber popular. No Brasil há duas redes que congregam incubadoras, a rede de ITCPS (incubadoras tecnológicas de cooperativas populares) e a rede UniTrabalho.

³ “Conjunto de técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida.” (Instituto de tecnologia social Brasil)

protagonismo. Cansado (2008) pontua que a burocracia serve para legitimar a heterogestão, que por sua vez, “naturaliza” a hierarquia, que sobrepõe o capital ao trabalho, e o saber ao não saber (sendo que sempre aquilo que é considerado “saber” são os conhecimentos formais).

A autogestão, conforme já discutido, demanda que os trabalhadores efetivamente se relacionem com as questões relativas ao empreendimento, uma vez que são sócios, e não empregados. Este modelo democrático funciona em um tempo diferenciado daquele instituído como o “tempo de obedecer” do capitalismo. Ou seja, não se trata da mera execução de tarefas, mas de assumir um papel de autoria na história do grupo. Este tempo diferenciado, por si só, já contrapõe o sistema econômico vigente, cujo ritmo acelera-se exponencialmente e que torna mais rasas as relações de uma forma geral, inclusive as que se referem à construção de conhecimento.

Toda essa transformação – nas relações, na forma de lidar com o tempo e na forma com que os sujeitos estabelecem trocas – é cada vez mais rápida para acompanhar e acelerar o ritmo do consumo no capitalismo contemporâneo. A economia solidária, através da autogestão, funciona de forma inclusiva, tendo por isso uma velocidade distinta. A preocupação com resultados rápidos não é central, ainda que os resultados econômicos sejam buscados pela necessidade de garantir a sobrevivência e a qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras. Neste sentido, Guattari e Rolnik (1986), a respeito dos processos de singularização, escrevem que:

Há uma espécie de resistência social que deve se opor aos processos dominantes de temporalização. Isto vai desde a recusa de um certo ritmo nos processos de trabalho assalariado até o fato de certos grupos entenderem que sua relação com o tempo deve ser produzida por eles mesmos(...) (p.47)

Se de um lado, a economia solidária ainda existe através de experiências que se relacionam umas com as outras de forma insuficiente, tornando-a uma insurgência tímida diante da hegemonia do capitalismo, de outro, podemos pensá-la como uma potente transformação em nível micropolítico. Guattari e Rolnik (1986) esclarecem que o molar e o molecular são duas esferas que se relacionam intimamente com duas outras, que são o nível micro e o macropolítico. O que os autores chamam de “molar” refere-se às categorias identitárias, individualizantes. Já

o “molecular” ou “revoluções moleculares” acontece através de processos de singularização, ou seja, de recusa à subjetividade capitalística massificada. Esses processos tendem a acontecer quando os grupos estabelecem relações autênticas, e criam condições de autonomizar-se. As revoluções moleculares não se apresentam somente no nível micropolítico, mas podem aparecer também no macro. Sobre elas, os autores enfatizam a importância de que os processos de singularização inventados/constituídos se relacionem com outros processos de singularização, diferentes, potencializando as revoluções moleculares.

A economia solidária – através da autogestão – está encharcada de revoluções moleculares, de processos de singularização, através de um alto e coletivo “não” à massificação *capitalística*. Essas revoluções urgem, no entanto, misturar-se mais para que se possa expandir seus sonhos, e efetivar mudanças sociais, conforme escrevem Guattari e Rolnik (1986):

Qualquer emergência de singularidade provoca dois tipos de resposta micropolítica: a resposta normalizadora, ou, ao contrário, a resposta que procura direcionar a singularidade para a construção de um processo que possa mudar a situação, e talvez não só local (...) (p. 50-51)

Construir a economia solidária é, portanto, não deixar de perceber nela o que há de vicissitudes do capitalismo – que é presente e ainda “governa” nossos modos de vida -, mas analisá-las, e transformá-las. A economia solidária pode ser pensada, por assim dizer, como uma economia diferente do capitalismo que acontece concomitantemente a ele e o desafia, ao mesmo tempo em que transforma a vida daqueles que estão nela imbricados. Ela reúne o que há de mais contemporâneo, reivindicatório, singular, com as capturas molares identitárias, já que como apontam Guattari e Rolnik (1986) o “inimigo” não está apenas nos imperialismos, mas está em nós mesmos e em nossos aliados, e na forma como sempre – e de novo – acabamos repetindo os modelos dominantes. O desafio está em lançar o olhar sobre isto, e a partir desta crítica, singularizar e solidarizar a economia.

Capítulo II

Uma profanação do conceito de utopia (ou Da criação de cenários sociais em lusco-fusco)

*Fica decretado que, a partir deste instante,
haverá girassóis em todas as janelas,
que os girassóis terão direito
a abrir-se dentro da sombra;
e que as janelas devem permanecer, o dia inteiro,
abertas para o verde onde cresce a esperança.*
(Thiago de Mello)

O conceito de utopia remete-se primeiramente à obra de Thomas Morus (1516), onde o autor descreve uma ilha em que habita uma sociedade justa, através de uma obra ficcional em que o personagem Rafael narra as maravilhas do lugar onde há igualdade entre os homens e não há propriedade privada. A nova palavra, “utopia”, significava “não lugar” ou “lugar nenhum”, a partir do grego onde *tópos* é lugar e o prefixo “u” é empregado com significado negativo, indicando, portanto, um lugar inexistente (CHAUÍ, 2008). O gênero da obra pode ser definido como político-literário (COLOMBO, 2013). No entanto, ainda que a obra seja ficcional, este não é ponto chave da questão. A narrativa surge, independente de se tratar de um relato ou de uma criação literária, em um determinado contexto histórico da realeza inglesa, capaz de gerar um certo tipo de insatisfação, e ao mesmo tempo o desejo, a utopia, a criação. Não se trata, portanto, apenas daquilo que viria repetidamente a ser chamado de imaginário, como sinônimo de utopia, mas de algo mais tangível e mais situado em um campo ético-político.

(...) Assim sendo, sabemos que a utopia de Morus, ao contrário do que se pensa de costume, estava carregada de história e de realidade humana, e estava destinada a tornar-se realidade, mesmo que de forma diferente.(...)
(COLOMBO, 2013, p.57)

Jacoby (2001) argumenta semelhantemente, no que se refere à relação entre realidade e ficção, ao afirmar que a antropologia é, tal qual a literatura, um ato de interpretação e imaginação, uma vez que ao estruturar descrições, ambas fictionam. Para o autor, portanto, a diferença entre representação ficcional e representação

factual não chega a ser fundamental. Também das diferentes psicologias, bem como as demais ciências humanas, se pode aproximar esta ideia de Jacoby (2001), uma vez que compreender, no caso da psicologia social, por exemplo, os modos de subjetivação, os processos relacionais e a formação do desejo no campo social é também uma construção ficcional. A produção de conhecimento, especialmente através da escrita, é um ato de criação, que articula saberes, e, mesmo quando se pretende descritiva, demanda daqueles que se propõem a ela, a criação de “roteiros”, a assunção de paradigmas.

O pensamento utópico, iniciado em Morus, e observado em outras obras literárias ao longo da história, no século XIX encontra-se mais evidentemente nos socialistas utópicos. Embora Marx e Engels, no século XX, ao retomar o pensamento do socialismo utópico o critiquem por considerá-lo descritivo de uma sociedade ideal e pouco capaz de oferecer elementos para a transformação real, o marxismo de forma geral acaba sendo considerado como uma utopia. Isto pode ser explicado porque a utopia, por definição, trata de uma sociedade que se opõe à existente, o que também é abordado em Marx, apesar de o autor considerar que o socialismo do qual trata é científico, em oposição ao utópico (CHAUÍ, 2008).

Teixeira (2015) afirma que a utopia se diferencia do marxismo ao atuar pelas beiradas, ou seja, ela tem, na perspectiva do autor, na cultura, através do acesso aos seus mais variados elementos, sua abordagem mais eficaz. A utopia trata mais de meios do que das especificidades de um fim, enquanto o marxismo tem etapas mais bem delimitadas, para um fim específico. Para Teixeira (2015), a universidade é um âmbito fértil para a ação das utopias, através do diálogo entre diferentes ideologias, tornando possível a criação de novos modelos sociais e institucionais.

Pensar, assim como Teixeira (2015), no acesso à cultura como um mecanismo de ação construtiva da utopia é algo paradoxal, uma vez que a cultura sofre uma série de capturas da ideologia dominante, da massificação, e daquilo que se opõe aos “sonhos diurnos”. Didi-Huberman (2011) ao analisar as obras do cineasta Pasolini, bem como aquilo que escreveram seus comentadores, aponta que a profecia deste era de que a cultura não deve ser vista como aquilo que nos protege da barbárie, mas que ela é algo do qual devemos nos proteger, já que ela tornou-se, por si mesma, um instrumento da barbárie generalizada. A cultura estaria, segundo

essas análises, confinada em um reino mercantil, e fadada a fomentar o fascismo, situando na Itália o olhar de Pasolini.

A relação da utopia com a universidade, também apontada por Teixeira (2015), talvez não seja tão pacífica como se poderia conceber, ainda que seja sim estreita. A problemática está no fato de a ciência e a produção de conhecimento de uma forma geral, serem orientadas majoritariamente a manter as estruturas sociais instituídas. E para manter o presente tal como ele é, em sua ética e política, a imaginação utópica encontra poucas brechas. Jacoby (2001) aponta para o fato de que a ideia de que a esquerda teria sempre apoiado os intelectuais é contraditória, uma vez que eles sempre foram considerados “elitistas”, “manipuladores” e “*utopistas*”. O autor cita os anarquistas como uma parte da esquerda que especialmente considera os intelectuais como carentes de algumas características essenciais para uma ação política séria. Ao mesmo tempo, Jacoby escreve que:

Sem intelectuais ou com intelectuais reformados a utopia pode desaparecer. Com utopia, refiro-me aqui não só a uma visão de uma sociedade futura, mas a uma visão pura e simples, uma capacidade, talvez uma disposição para usar conceitos expansivos para enxergar a realidade e suas possibilidades. (...) (JACOBY, 2001, P.141)

A utopia, na seara do pensamento de Jacoby (2001), é, portanto, algo mais amplo do que o conjunto de ideias e a força que impele a ação da esquerda, e mesmo algo mais amplo do que a capacidade de projetar o futuro. A utopia está presente em diversas esferas da vida e da condição humana, e existem diversas definições possíveis. Relacionando o conceito de utopia com a coletividade, ou, como discutiremos mais adiante, com a ideia de profanação, é preciso certa disposição para ver que ela está para além dos intelectuais ou daqueles que fazem política explicitamente, mas se apresenta, por vezes discreta, como potência transformadora nos pequenos grupos sociais e na sociedade como um todo.

O que aqui nos interessa compreender é em que medida a utopia atua na produção de si, na subjetividade, no desejo e na ação dos sujeitos no campo social, que na sua singularidade é política. No entanto, não é possível desvincular esta utopia que aqui discutimos dos usos históricos do termo “utopia” e as aplicações do conceito em uma perspectiva relacionada às esferas econômica e política, por entender que não há ação individual no mundo, e sim a construção de modos de subjetivação relacionados ao sistema econômico e ao sistema de valores de cada

sociedade. Não se pode pensar, portanto, em utopia enquanto criação de novas realidades (seja na arte, na economia ou na política), sem situá-la enquanto elemento significado e ressignificado ao longo do tempo pela sociedade.

Para pensar a partir desta perspectiva, nos remetemos à Guattari e Rolnik (1998) que afirmam que a subjetividade é majoritariamente constituída para manutenção das estruturas hegemônicas e do sistema de valores *capitalísticos*. Essa produção de subjetividade é política, no sentido de que ela não acontece ao acaso, mas a fim de perpetuar o sistema político-econômico a partir do desejo massificado. Para Guattari e Rolnik (1998), as forças sociais que administram o capitalismo compreenderam magistralmente a importância da subjetividade, sendo que talvez ela seja hoje o maior produto, aquele que mais lucro gera. Ao contrário destas forças reacionárias, os setores que se pretendem à emancipação social, na análise dos autores, ainda não compreenderam a função da subjetividade, por se ocuparem demasiadamente de dogmatismos políticos. E é justamente na subjetividade que os autores enxerguem uma importante potência para transformações maiores da sociedade: Para Guattari e Rolnik (1998) essa subjetividade potencialmente transformadora se constitui a partir de processos de singularização, e se diferencia da subjetividade individualizada que se faz nas capturas do capitalismo.

(...) uma maneira de recusar todos esses modos;- de encodificação preestabelecidos, todos esses modos de manipulação e de telecomando, recusá-los para construir, de certa forma, modos de sensibilidade, modos de relação com o outro, modos de produção, modos de criatividade que produzam uma subjetividade singular. Uma singularização existencial que coincida com um desejo, com um gosto de viver; com uma vontade de construir o mundo no qual nos encontramos, com a instauração de dispositivos para mudar os tipos de sociedade, os tipos de valores que não são os nossos. (...) (p.17)

A partir do conceito de subjetividade de Guattari e Rolnik (1998), poderíamos pensar então na utopia como algo que se dá através de processos de singularização, ou diferenciação, no meio social, diferentemente da subjetivação maquínica individualizante, acontecendo no coletivo e para o coletivo. Em uma perspectiva rizomática⁴, a utopia não apenas acontece por meio de processos de

⁴ O rizoma é uma estrutura que não tem origens ou hierarquias definidas, mas se constitui na multiplicidade. “[...] oposto aos decalques, o rizoma se refere a um mapa que deve ser produzido, construído, sempre desmontável conectável, reversível, modificável, com múltiplas entradas e saídas[...]” (Deleuze & Guattari, 2011, p. 43)

singularização, como também os produz, também permite a invenção de novas formas de viver e se relacionar. É desta forma que nos autorizamos discutir a utopia enquanto um dispositivo⁵ que agencia a ação dos sujeitos no campo social, que é politicamente singular e potencialmente transformadora.

Ainda que situemos a utopia como um fenômeno mais amplo do que o marxismo, é fundamental perceber que não é preciso negar as contribuições de Marx para uma compreensão das utopias. O contrário é demonstrado nos conceitos de Ernst Bloch, filósofo de referência no tema da utopia. Bloch considerou-se, em toda a sua obra, um marxista, embora sua contribuição principal seja explorar dimensões não consideradas por um marxismo mais clássico. (BRASIL, 2009). Na obra de Bloch, o pensar a partir do materialismo dialético ganha novas perspectivas, através de uma ontologia que se embasa na processualidade do ser, a ontologia do “ainda não”. Nesse sentido, olhar para o futuro é ver o que nele há de abertura (SANTOS, 2011).

Na sua obra *Princípio Esperança*, Bloch (2006) distingue as utopias abstratas das concretas. As primeiras não tem possibilidade de realização, e as segundas orientam para a ação, e tem possibilidades reais. Em relação às utopias abstratas, ele não as coloca como completamente destituídas de mérito, uma vez que impulsionam o desejo de transformar, e são, como ele as chama, honestas. Mas é nas utopias concretas, produzidas por sonhos diurnos conscientes, que ele vê possibilidades reais e maduras de criação para um futuro em aberto.

Em Bloch (2006) às utopias abstratas falta dialética, tanto em seu percurso quanto em sua “vitória”, uma vez que não reconhecem que mesmo quando a configuração futura desejada é alcançada, há um perigo, uma “linha descendente”, sempre havendo risco de retrocesso, e sempre havendo também possibilidades futuras de construção, avanço. A utopia concreta, portanto, é aquela que se constitui e se sabe processual, que traz consigo o reconhecimento dos *roteiros* (BLOCH, 2006) que tornam possível sua emergência, ou seja, as condições sociais que permitem sua inscrição na realidade. Ou seja, mesmo possuindo significativo conteúdo imaginativo, que, na perspectiva de Bloch (2006) chega a apresentar

⁵ Aqui tomamos o conceito de Deleuze de dispositivo “Os dispositivos têm, então, como componentes linhas de visibilidade, linhas de enunciação, linhas de força, linhas de subjetivação, linhas de ruptura, de fissura, de fratura que se entrecruzam e se misturam, enquanto umas suscitam, através de variações ou mesmo mutações de disposição.” (DELEUZE, 1990, p. 4)

elementos de delírio, tamanha a capacidade de invenção, e até antecipação, a utopia sempre se ancora na confluência histórica que acontece no presente.

Ainda pensando no fato de a utopia ser um fenômeno mais amplo do que as ideias das diferentes “esquerdas” políticas, observamos que ela está também presente no sistema de valores e nos convites ao consumo inerentes ao sistema capitalista. A diferença política entre as utopias sociais de criação e construção de novas formas de viver no mundo e das utopias da vida diária, inerentes ao modo de viver nesta cultura e neste sistema econômico, é que a utopia capitalista é majoritariamente individual e está relacionada ao consumo. Ou, melhor dizendo, talvez o consumo seja a mais facilmente identificável das utopias. Quanto mais se consome, maior é a gama de necessidades criadas. Mais tecnologias se criam, e mais sonhos se constroem, sonhos de possuir, de ser proprietário de objetos e bens. O indivíduo, que no capitalismo se constituiu a partir do consumo, talvez possa ser situado enquanto uma utopia da sociedade do capital, uma vez que se pressupõe um “eu autônomo”, que se pode constituir independente do fluxo que arrasta os sujeitos para habitar os espaços subjetivos já socialmente esperados. As utopias de consumo e propriedade atuam promovendo separações no mundo, e destituem as possibilidades de construção comum.

Neste sentido, Agamben (2007), situa o capitalismo como uma religião, uma vez que ele promove separações, e que para este autor a base necessária para a existência das religiões seriam as separações:

Pode-se definir como religião aquilo que subtrai coisas, lugares, animais ou pessoas ao uso comum e as transfere para uma esfera separada. Não só não há religião sem separação, como toda separação contém ou conserva em si um núcleo genuinamente religioso (...)

O termo religio, segundo uma etimologia ao mesmo tempo insípida e inexata, não deriva de religare (o que liga e une o humano e o divino), mas de relegere, que indica a atitude de escrupulo e de atenção que deve caracterizar as relações com os deuses, a inquieta hesitação (o "reler") perante as formas — e as fórmulas — que se devem observar a fim de respeitar a separação entre o sagrado e o profano. Religio não é o que une homens e deuses, mas aquilo que cuida para que se mantenham distintos.(...) (AGAMBEN, 2007, p. 58 e 59).

A utopia se difere das separações do sagrado à medida que se constituiu a partir de mosaicos coloridos, com grandes variações, do cinza ao psicodélico. Se fôssemos pensar em um mosaico de fotografias como uma imagem possível para pensar a utopia, veríamos a narrativa genealógica das mudanças de técnica e das possibilidades de captura, não só que se dão ao longo do tempo, mas que se

diferem a partir do olhar singular do fotógrafo, aquele que capta, que “escreve” a partir da imagem. O mosaico da utopia não se faz apenas com imagens costuradas ou anexas umas às outras, mas também com imagens sobrepostas, que chegam a confundir-se entre si, como as imagens gestálticas. É, portanto, também a partir da diferença que se pode pensar na destituição das separações.

Para Agamben (2007) profanar é devolver ao uso comum aquilo que por alguma razão fora sacralizado, separado. Como pensar, portanto, no seio da sociedade de classes, no seio do capitalismo enquanto religião - e uma religião cheia de fundamentalismos - formas de profanação? Como pensar em uso comum, em dessacralização, em uma sociedade que tem na propriedade privada seu deus? Se de um lado, o capitalismo é uma religião improfanável, como aponta o autor, que atinge os maiores níveis de separação e se opõe à comunhão e às formas coletivas de uso, de outro, ele se utiliza de forma magistral do mecanismo da profanação: a criação e evocação de meios puros, que são aqueles comportamentos que não são voltados diretamente para a sua finalidade, mas acontecem em um tempo efêmero.

Profanar seria então vestir-se de utopias? Se a utopia se relaciona com uma ética, é no presente que ela se faz concreta, uma ética que não acontece somente pelos horizontes, mas também pela evocação dos meios. Pensando na imagem que aqui aludimos, de vestir-se de utopias, podemos citar como exemplo o *Manto de apresentação*, de Arthur Bispo do Rosário. Trata-se de uma importante obra para a arte contemporânea, e apesar de ser, segundo o artista, a tentativa de apresentar o mundo a Deus, enquanto o bispo ainda não chega ao paraíso, a relação com os meios - e, portanto, com o uso - é evidente na obra. Bêta (2011) nos ajuda a pensar neste sentido, escrevendo acerca dela que “(...) O sagrado a ser pensado no *Manto* não se opõe ou se justapõe ao profano (...)” (p.2)

Bispo deseja com sua obra chegar ao divino, mas não é nesta finalidade que a obra se faz: é no meio. O manto é um meio à medida que se borda no presente, como uma cartografia do mundo através da veste. Nas costas do manto, bispo escreve nomes de diversas pessoas, o que demonstra que mesmo uma utopia que se constrói - e se usa - no corpo de um homem, não acontece na esfera individual, mas se dá a partir da coexistência. A utopia do manto da apresentação mostra o paradoxo entre o sagrado, o desejo de chegar ao divino, e o profano, que é aquilo que se dá no presente, e é experienciado no corpo. Talvez o sagrado presente no

manto seja, para pensarmos a partir de Agamben (2007) mais relacionado etimologicamente à *religare* (o que une o humano ao divino) do que a *relegere* (o que torna clara a separação entre os dois). Arthur Bispo do Rosário, em sua utopia delirante (Bispo, sendo considerado louco e internado como paciente psiquiátrico nos remete a Bloch (2006, p.31) que anuncia que um “leve delírio que às vezes ameaça melhoradores do mundo” é observado desde as primeiras utopias registradas, construiu sua obra a partir da tentativa de se aproximar de Deus, relacionar-se com ele, podendo-se supor, portanto, que ele, ironicamente, profanou o sagrado, devolvendo-o possibilidades de uso em seu próprio corpo, vestindo-se da própria utopia.

Ao mesmo tempo em que o primeiro significado da palavra utopia é “nenhum lugar”, ela está em toda parte, “em parte alguma, em toda parte”, como aponta Coelho (1985). O capitalismo, por sua vez, enquanto religião improfanável, também é invadido, ora ou outra, por profanações, muito através das utopias que o desafiam à finitude e apontam sua limitação histórico-temporal. Souza (2007) diz que função da utopia é não nos deixar presos na obscuridade do instante. Se existe apenas o presente imediato, a utopia vem para mostrar algum horizonte, um sol que principia nascer no fim da madrugada. E embora aqui pensemos na utopia enquanto profanação da obscuridade do presente, enquanto profanação do capitalismo improfanável, ela também está nos lugares mais sacros do mundo. Seja no anseio de superação da sociedade de classes, na sua forma mais tradicional e menos inventiva, e seja no sagrado da religião. A utopia está nos lugares mais dogmáticos e nos mais profanos.

Para que se possa fugir da obscuridade do instante, no entanto, é necessário enxergar essa obscuridade, esse escuro. E isto só se faz possível àqueles que se desviam das inúmeras luzes do presente, que chegam a cegar, como exemplo disso poderíamos pensar nos apelos de consumo da sociedade capitalista. Agamben (2009) diz que podem ser chamados contemporâneos somente os que conseguem ver este escuro do presente, através de algum distanciamento das luzes, para então vislumbrar uma luz e fazer uso dela. Para ele, os contemporâneos são somente aqueles que percebem no presente (no atual e moderno), as marcas daquilo que é arcaico. Neste sentido:

[...]Arcaico significa: próximo da *arké*, da origem. Mas a origem não está situada apenas num passado cronológico: ela é contemporânea ao devir histórico e não cessa de operar neste, como o embrião continua a agir nos tecidos do organismo maduro, e a criança na vida psíquica do adulto. A distância - e ao mesmo tempo a proximidade - que define a contemporaneidade tem seu fundamento na sua proximidade com a origem, que em nenhum ponto pulsa com mais força do que no presente [...]
(ABAMBEN, 2009, p. 69).

Ao mesmo tempo em que a utopia pode ser profanação (sutilmente desde Morus) e que profanar pode ser visto como algo utópico, a própria utopia precisa ser profanada. Para que ela não fuja da obscuridade do instante e caia na invisibilidade do futuro distante, que nem com as mais poderosas lentes pode ser visto, usado ou comungado. Profanar a utopia é dar a ela jeito de movimento, restituindo-a às possibilidades de uso, sobretudo de uso coletivo, para além dos círculos de intelectuais, de poetas, da produção literária, ou mesmo dos espaços políticos de militância, ainda insuficientemente *profanos*. Um movimento que não é nem instante, nem distante a ponto de deprimir. É sim, criação. É transformação de um presente que não se esgota em si.

Didi-Hubermman (2008) disserta, a partir da obra de Pasolini, acerca do desaparecimento dos vaga-lumes. Os pequenos insetos de luz parecem não mais encontrar espaço em meio aos projetores de uma era em que os indivíduos se colocam em vitrines de exposição, ao mesmo tempo em que ninguém se vê. Tudo gira em torno das grandes luzes do consumo. As intermitências e os lugares de lusco-fusco são cada vez mais raros. No entanto, argumenta o autor, que os vaga-lumes não desapareceram completamente, mas nosso olhar não mais está focado neles. Acostumados e com o olhar viciado em estar onde a claridade das luzes se faz protagonista, encontramos dificuldades em procurar pelos vaga-lumes, já que para isto seria preciso encontrar lugares-refúgio de escuridão, já que é só nas trevas que os vaga-lumes podem brilhar. Não é possível, nesse sentido, como aponta Didi-Hubermman (2008), tentar estudar os vaga-lumes apontando para eles uma grande luz para vê-los melhor, tampouco espetá-los, depois de mortos, para estudar seu corpo, já não mais luminoso.

Para compreender os vaga-lumes é preciso se dispor a estar nos lugares de escuridão, onde suas frágeis, singulares e nada espetaculares vidas acontecem. É preciso colocar-se na condição de contemporâneo, tal como definida por Agamben (2009). Para relacionar-se com os vaga-lumes, encontrando-os, é necessário não

desesperar, no sentido político daquele que nada espera, diante da escuridão, e diante da modesta luminosidade dos vaga-lumes, já que conforme argumenta Didi-Huberman (2008), é preciso cerca de cinco mil vaga-lumes para compor uma luz equivalente à de uma vela. Ou seja, é a partir do encontro que os vaga-lumes tornam mais forte e mais perceptível sua luz. E eles de fato se encontram, se procuram. Inclusive o acasalamento dos vaga-lumes é a visão bonita de uma dança. Na cidade, no entanto, cada vez mais populosa, tecnológica e cheia de apelos industriais, de lazer, cultura e consumo, que evoluem freneticamente no tempo, se já é difícil ver um vaga-lume solitário, mais ainda é ver mais deles, suas danças e sua coletividade que torna menos impossível identificar vultos na escuridão.

O primeiro significado da palavra “utopia” remete-se a uma ilha, a ilha de Utopia. No sentido de pensar encontros com os vaga-lumes, seria então necessário procurar ilhas? Mais do que procurar, seria necessário sonhar com ilhas? Vislumbrá-las seria o sentido de utopia? As utopias poderiam sim ser as pequenas ilhas onde há ainda escuridões, para que os pequenos vaga-lumes possam construir seus lusco-fuscos, longe dos *out doors* de propaganda e dos projetores. No entanto, pensá-las assim as distancia das possibilidades de criação dos sujeitos, que vivem no presente, condicionados ao seu ritmo e ficcionados a partir dos modelos de amor, trabalho, consumo e subsistência nele engendrados. Na ilha cabem poucos, não pode nela habitar toda a humanidade, ela é demasiado distante. Pode ser que nela se encontrem mais vaga-lumes e é sim válida a experiência de visitá-la para contemplar sua dança, mas há de ser possível encontrar vaga-lumes (e utopias) também nos espaços da cidade.

É importante salientar, ainda sobre os vaga-lumes, que a questão fundamental ainda é nossa disposição ao encontro com eles. Não basta, por exemplo, estar no campo, onde suas vidas ainda não foram tão ceifadas, para encontrá-los e mais do que isso, enxergar sua beleza. É preciso cultivar no olhar o viés que se direciona aos vaga-lumes. É com esse olhar que se torna possível enxergar as utopias, que timidamente ainda se apresentam nos espaços sociais, nas comunidades. Nestes espaços coletivos em que por vezes não chegam a conseguir a somar cinco mil para formar a luz de uma vela, mas que está certamente naquilo que há de potente nos grupos.

Didi-Hubermman (2008) situa a imaginação no campo político. Para ele, a “política, em um momento ou outro, se acompanha da faculdade de imaginar” (p.61). Pensar a política nesta perspectiva nos auxilia a compreender as utopias, uma vez que não é possível alimentar utopias sem que se possa conceber cenários diferentes dos que se apresentam de forma imediata no presente. A imaginação, neste sentido, não é aquela que distancia da realidade, mas a que permite sua invenção, que só pode acontecer a partir da compreensão das relações contemporâneas.

Bauman (2010) nos ajuda a pensar na liquidez de como se organiza o consumo e as relações humanas no contexto do capitalismo que ele chama de parasitário. Quando tudo é descartável e programado para acabar rápido, não há espaço para utopias. Nem para o fracasso que elas representam no que se refere aos seus projetos, nem para a falta do gozo imediato que o capitalismo contemporâneo impõe. Não há espaço para um gozo que não vem ainda, ou que talvez não venha, ou talvez nem seja gozo efetivamente. A utopia é uma demora insuportável à liquidez desse tempo, um “ainda não” que só pode ser aceito através de um tipo de profanação.

Para explicar essa profanação, Agamben (2007) escreve:

Profanar não significa simplesmente abolir e cancelar as separações, mas aprender a fazer delas um uso novo, a brincar com elas. A sociedade sem classes não é uma sociedade que aboliu e perdeu toda memória das diferenças de classe, mas uma sociedade que soube desativar seus dispositivos, a fim de tornar possível um novo uso, para transformá-las em meios puros. (p.67)

Se a utopia, no entanto, é ao mesmo tempo horizonte para aqueles que sonham, e profanação, através dos meios puros, para que os sonhadores não percam a inventividade do uso, de que forma lemos este paradoxo? Historicamente muitas utopias se relacionam à destituição da propriedade privada e, portanto, da divisão dos sujeitos em classes. A superação do sagrado das classes, através da desativação das suas separações, é em Agamben (2007), uma forma de profanação, ao mesmo tempo em que é o horizonte das utopias sociais ao longo da história. Talvez a profanação seja a forma de presentificar a utopia, destituindo verdadeiramente as separações de classe, através do lento desmanchar dos seus

dispositivos⁶ - um processo vagaroso, e essencialmente utópico, uma vez que escapa o presente, a obscuridade do instante, e a liquidez do capitalismo deste tempo.

O horizonte é uma das formas possíveis de pensar a utopia, mas não a única. Contraindo-se a ele está a imagem. Didi-Huberman (2008) esclarece: “Ora, imagem não é horizonte. A imagem nos oferece algo próximo a lampejos (*luciole*), o horizonte nos promete a grande e longínqua luz (*luce*)” (p.85). No entanto, imagem e horizonte não estão dicotomicamente separados. Pelo contrário, eles se misturam e se complementam. A imagem, conseguimos ver mais de perto, com maior riqueza de sutilezas, ao mesmo tempo em que é efêmera, aparece e desaparece, e é substituída no tempo, enquanto o horizonte parece se relacionar mais com uma solução messiânica para os problemas do presente. A imagem nos ajuda a destituir os totalitarismos da fixação em um horizonte, ao mesmo tempo em que ela atua na perspectiva pela qual olhamos o horizonte, ela desvia dele o foco, e de forma pouco perceptível a olho nu, talvez ela também o modifique pouco a pouco.

A ideia de horizonte é responsável por boa parte das críticas ao que chamamos de utopia, mas talvez a relação do horizonte com a imagem possa dar vazão de forma mais potente à utopia enquanto criação de paisagens, que são, essencialmente, imagens sociais. A imagem e o horizonte, que não deixam de estar em constante inter-relação, ajudam ambos a caminhar em algum sentido. O horizonte, sem a imagem, no entanto, pode ser paralisador, por ser demasiado distante. A imagem é capaz de subverter a homogeneidade do horizonte.

Ao mesmo tempo em que faz uma crítica ao mecanismo das utopias, apontando-as como conservadoras do que é homogêneo e hostis ao que é disforme e irregular, Cioran (1994), traz como seu grande mérito o fato de denunciarem os danos que causa a propriedade privada, tanto em pequenos quanto em grandes proprietários, corrompendo-os. Tendo suas propriedades ameaçadas, eles são sacudidos, tem seu sono perturbado, e só assim, passam a ter condições para o *despertar metafísico*, segundo a perspectiva do autor. Ou seja, apesar de, para Cioran (1994), a utopia ter como característica esta rigidez que chega a ser conservadora, e de no futuro que ela desenha o autor não ver potencialidades

⁶ Aqui compreendemos dispositivo conforme o conceito proposto por Agamben (2009), sendo ele próprio a rede que estabelece relação com um conjunto heterogêneo de elementos, estando inscrito em uma relação de poder, e sendo resultado do cruzamento de relações de poder e saber.

revolucionárias, ele enxerga seu mérito na denúncia à propriedade que ela faz no presente. A utopia pode ser pensada, portanto, a partir de Cioran (1994) como um meio, não um fim, assim como a profanação, já que é na sua crítica presente à propriedade que ela encontra formas de constituir processos de singularização.

Agamben (2007) fala do corpo como sendo palco das maiores separações, dos não usos comuns. Como exemplo disso, ele cita as fezes, já que o ato de defecar sofre uma série de proibições e sanções morais. Como seria profanar as fezes? Questiona ele. Não seria nem a vivência perversa da defecação, tampouco seria tratá-la como algo simplesmente natural. Profanar as fezes seria fazer delas um novo uso, alcançando “arqueologicamente a defecação como campo de tensões polares entre natureza e cultura, privado e público, singular e comum” (p.67). Sobre essa profanação, Agamben (2007) ainda conclui que a invenção dessas novas formas de uso só pode ser feita coletivamente.

Essa relação do corpo com a separação, apontada por Agamben (2007), parece fundamental para pensar no caráter potencialmente coletivo, ainda que certamente ao mesmo tempo singular, das utopias e das profanações, uma vez que constituir-se enquanto indivíduo faz parte da seara dos modos de subjetivação da religião capitalista. Dessa forma, mover-se em algum sentido, seja profanando elementos do presente, ou construindo um futuro diferente pela utopia, de modo coletivo, cria uma certa fissura nas separações do sistema.

Por fim, conforme aponta Agamben (2007), qualquer improfanável surge de uma intenção verdadeiramente profanatória. Talvez este deva ser o maior cuidado a tomar com as utopias, não deixar que elas percam sua relação direta com a profanação, com o uso comum, com os agenciamentos coletivos da enunciação, se quisermos citar Deleuze (2000). Elas oferecem sim componentes importantes para a sociedade, através da reação a um presente difícil de suportar, mas, citando Naffa Neto, “Convém, pois, abandonar as representações utópicas sempre que elas possam significar um desalento para o nosso desejo, um limite para o nosso entusiasmo” (1997, p.114).

Pensando-se, portanto, em uma ideia de utopia que não se constitui limite para o entusiasmo, e a partir das considerações discutidas até aqui, parece pertinente sintetizar nossa compreensão do conceito de utopia em algumas características. Não porque nossa discussão necessite nos levar a um fim qualquer,

uma vez que ela, antes de tudo, é um meio, talvez um meio puro, que nenhuma verdade produz e nenhum futuro prevê. Mas porque nos meios, não há inícios e fins que não se delimitam linearmente no tempo e na estética, aqui em nosso caso, da escrita, mas há possibilidades de leitura que se ordenam e desordenam, se subvertem. Talvez se pudesse começar a leitura do texto pela enumeração de características, esta tentativa de inventar uma conclusão, para por fim concluir que sua explicação anterior não simplifica, mas complexifica, não explica, mas dispara questionamentos. Também ao começar do “começo”, a partir da estrutura linear do texto, percebemos que um conjunto de características não nomeia ou define a utopia, mas é uma - e apenas mais uma - ficção escrita daquilo que ela está, ou processualmente é, na subjetividade. Vamos à ficção de síntese:

1 - A utopia, apesar de significar “nenhum lugar” está em todos os lugares, e participa da vida humana de forma muito significativa. Ela ajuda a manter os pilares do sistema econômico vigente e também mantém os dogmas religiosos, através de ideias como o paraíso, para exemplificar a partir do cristianismo, além de atuar na arte e de transformar as relações políticas na sociedade.

2 - A utopia é um atravessamento no tempo. Ela aponta possibilidades para além do presente, sem deixar de atuar na criação do aqui e agora, e, sobretudo, sem deixar de retornar à origem. A utopia, conforme aqui queremos propor, não é uma nostalgia do passado e uma tentativa de retornar a ele, tampouco a vivência antecipada do futuro, mas é uma conjugação entre os tempos. Ela se relaciona com a percepção de que o tempo não é estático, e de que retornos ao que é passado ou original acontecem, bem como o futuro pode ser esculpido no agora.

3 - A utopia é imagem. E sendo imagem, é também imaginação, estando relacionada com a capacidade de vislumbrar o devir. A imagem da utopia pode ser traduzida também como sonho, não só as manifestações do inconsciente produzidas no sono, mas, sobretudo, os “sonhos diurnos” para usar o termo de Ernst Bloch (2006), significando a capacidade concreta de aspirar tempos de mais justiça.

4 - A utopia, da forma como aqui a estamos discutindo, encontra solo fértil em espaços coletivos. As utopias individuais são típicas do modelo econômico e cultural do presente mais imediato, mas a transformação dele, que acontece também no presente, se dá no plano coletivo.

5 - A utopia potencialmente transformadora é mais discreta do que alegórica, mais vaga-lume do que projetor. Ela requer um olhar atento, não está presente nos meios de comunicação mais hegemônicos, tampouco se aproxima de ser um produto comercial. A utopia está entre a madrugada que acaba e o dia desponta nascer, ela tem cores de lusco-fusco em seu momento imagético mais bonito. Ela, no entanto, não existe sem a treva. Como os vaga-lumes, seu brilho é mais intenso nos momentos de maior escuridão, cuja cor vai se transformando com o sol que se aproxima.

Capítulo III

A Feira Virtual Bem da Terra: consumo responsável e utopias de profanação

Isto equivale à solidariedade, enquanto harmonia ricamente movimentada das forças individuais e sociais. Liberdade e ordem: rígidos contrastes nas utopias abstratas, entrelaçam-se e se apoiam na dialética materialista. O ser livre concreto é ordem, como a de seu próprio campo; o ser ordenado concreto é liberdade (...) Ernst Bloch

“É algo bem maior do que só cuidar da minha saúde, pensar na minha família”, diz uma consumidora no vídeo de divulgação da Feira Virtual Bem da Terra, tentando mostrar o caráter político - e por que não dizer utópico? - da feira. A experiência aqui discutida teve início no final do ano de 2014 e é articulada pela associação Bem da Terra, que reúne produtores da região de Pelotas e por um grupo de consumo responsável (GCR), organizado através de 20 núcleos de consumidores. A feira é balizada pelos princípios da economia solidária, do comércio justo, e do consumo responsável.

Neste capítulo, procuramos contextualizar o funcionamento da feira virtual, bem como sua relação com o chamado consumo responsável. A composição deste cenário servirá para discutirmos o problema aqui colocado: em que medida, e de que forma, a utopia agencia a participação dos sujeitos que constroem o fenômeno da economia solidária, sendo aqui exemplificada⁷ a partir da Feira Virtual Bem da Terra, através das entrevistas realizadas.

A associação Bem da Terra existe desde o ano de 2006 e as feiras itinerantes passaram a acontecer mensalmente a partir do ano de 2009, em parceria com a UCPel (Universidade Católica de Pelotas), em frente ao campus desta instituição. A construção da ideia da Feira Virtual se deu através da relação entre a associação de produtores com as incubadoras da UCPel (NESIC – Núcleo de economia solidária e incubação de cooperativas), da UFPel (TECSOL – Núcleo interdisciplinar de estudos e extensão em tecnologias sociais e Economia Solidária), e com apoio da

⁷ Tomamos aqui a concepção de exemplo de Agamben (2013). Para o autor, o exemplo é capaz de destituir a dicotomia entre universal e singular, já que ao mesmo tempo em que é capaz de falar de um coletivo, de um contexto mais amplo, o exemplo é dotado de particularidades, de singularidades.

incubadora do IF Sul (NESOL – Núcleo de Economia Solidária). O objetivo da feira, desde a sua idealização, era ampliar os espaços de comercialização dos empreendimentos de economia solidária e da agricultura familiar, organizada a partir das bases da agroecologia, bem como possibilitar aos consumidores da economia solidária um espaço de compras em que fosse possível encontrar a maior variedade possível de produtos, permitindo acesso a alimentos saudáveis e produzidos em consonância com o princípio da sustentabilidade.

A feira funciona através de uma plataforma de compras hospedada no site *cirandas.net*, uma espécie de rede social nacional da economia solidária. Os consumidores cadastrados fazem seus pedidos de segunda à quinta-feira todas as semanas e retiram no sábado durante a tarde. No turno da manhã, chegam os produtos no centro de distribuição, sendo os rurais através de um transporte viabilizado pela própria Feira Virtual e os urbanos de forma independente, de responsabilidade de cada grupo. Pela manhã os produtos são acomodados no centro de distribuição (normalmente chamado de CD) e separados em caixas, uma para cada consumidor. O trabalho de separação é feito por um representante de cada núcleo de consumo (sendo que atualmente há 20 núcleos). Internamente os núcleos organizam sua escala de separação e facilitação, e avaliam a dinâmica da feira, em reuniões que acontecem aproximadamente a cada dois meses. A cada turno, no sábado, um núcleo é responsável por se fazer representar por um facilitador, que é a pessoa que trabalha acomodando os produtos e atendendo os separadores pela manhã, e os consumidores que vão retirar os produtos à tarde.

Neste momento de organização da feira, as tarefas de facilitação ainda não são completamente executadas pelos consumidores e/ou produtores. Todos os sábados, integrantes das incubadoras ainda auxiliam no processo. No início da experiência, a tarefa era de inteira responsabilidade das incubadoras, a mudança é lenta e gradual e faz parte da concretização do objetivo de transição da feira para a autogestão (a gestão compartilhada por produtores e consumidoras), através de um processo de desincubação, que não possui um prazo a priori, mas trata da autonomização do empreendimento.

Assim como as tarefas práticas, a gestão da feira também está passando por um processo de transição. As decisões são tomadas em uma reunião semanal, que

reúne os grupos de trabalho⁸ que tratam das questões operacionais da feira. O processo de transição para a autogestão da feira se dá através da incorporação dos consumidores aos grupos de trabalho, e através da formação de comissões que se propõem a tarefas que não estão na alçada de possibilidade de realização dos GTs. No último “encontro de consumidores” formaram-se algumas comissões⁹.

Além da participação nos GTS e da formação de comissões (estas últimas são majoritariamente formadas por consumidores, tendo um membro das incubadoras em cada, apenas com o objetivo de “animar” seu funcionamento inicial), a transição para a autogestão também se exercita nos encontros de produtores e consumidores e nos conselhos de núcleos¹⁰. Esse processo de desincubação é bastante desafiador, uma vez que demanda progressivo aumento da implicação de consumidores e produtores nas atividades da feira. Sobre esta questão, F. do Devir¹¹ diz:

Bom, eu acho um desafio assim... esse que se colocou agora. Que as pessoas realmente tem que participar. O consumidor, ele tem que assumir as tarefas ali de gestão, as coisas pra fazer as coisas acontecerem.

F. do Devir apresenta preocupação especial com a necessidade de possibilitar que seus companheiros consumidores desejem assumir a gestão e as tarefas práticas da feira. Ela coloca que é necessária alguma disposição para

⁸ Os grupos de trabalho são: GT rurais (responsável pelo contato com os empreendimentos rurais, pela atualização dos produtos destes grupos na plataforma, e pela assessoria técnica voltada a questões da agroecologia, além dos processos relacionais relativos à construção da autogestão); GT Rizoma (responsável pela prospecção de produtos externos e pela compra destes, que se dá através de uma outra plataforma, também abrigada no Cirandas, na qual está cadastrada a Feira Virtual e outros empreendimentos que escolhem adquirir seus insumos comprando da economia solidária e de produtores orgânicos); GT Educação (responsável pela comunicação com consumidores, divulgação de avisos e atividades de formação para consumidores ingressantes); GT sede (realiza o trabalho de organização da sede, acomodação de produtos, fiscalização da limpeza, etc); GT Urbanos (responsável pelo contato com os empreendimentos urbanos, atualizações na plataforma dos produtos desses grupos, atividades de integração entre os empreendimentos de artesanato, e ações que permitam maior apropriação das produtoras do processo da feira virtual) e GT Financeiro (responsável por toda a contabilidade da feira, estudos relacionados ao ponto de equilíbrio e viabilidade econômica e pagamento dos produtores).

⁹ Uma comissão de certificação participativa, que realizará atividades de verificação e diálogo com produtores para que a oferta da feira siga caracterizada por empreendimentos de economia solidária e produção agroecológica; uma comissão de estudo de modelos jurídicos para formalização da feira, possivelmente através de uma associação de consumidores que dialogará constantemente com a associação de produtores; uma comissão de busca por imóveis para a mudança do CD para um prédio maior em um futuro próximo, uma vez que o número de consumidores está aumentando; uma comissão responsável por organizar visitas a empreendimentos, com o objetivo de estreitar as relações entre consumidores e produtores.

¹⁰ Os conselhos de núcleos contam com a presença de um representante de cada núcleo, podendo ser o articulador (uma espécie de coordenador do núcleo) ou outro representante.

¹¹ Conforme exposto na metodologia deste trabalho, consumidores estão identificados como “do Devir”, produtores como “dos Sonhos” e membros das incubadoras como “da Criação”.

contribuir, e tornar concreto o mundo que “*tanto desejamos*”, nas palavras dela. Além do desejo, ela fala da questão do tempo necessário para execução destas tarefas, e avalia que as pessoas que projetaram a feira virtual (referindo-se às incubadoras) a tem como um “ideal”, mas não só por isso lhes pode parecer mais fácil assumir as tarefas, mas sim também porque elas têm na feira e na economia solidária o seu trabalho. Para ela, trata-se do desafio de canalizar a energia movida pela vontade de construir outro mundo para esta tarefa, e algumas pessoas dedicam essa energia e o seu tempo em outras atividades, igualmente importantes. Sobre esta questão do tempo, L. do Devir também fala:

Eu acho que eu atuo talvez menos do que eu deveria, e mais do que são as minhas possibilidades né? Mas eu gostaria de atuar mais, eu gostaria de ter um maior engajamento dentro da rede bem da terra, mas enfim o tempo e outros afazeres não nos deixam fazer isso né? Mas enfim, até onde eu posso, eu tento me engajar de uma maneira mais incisiva, mas às vezes é difícil e tal... eu queria ta mais por dentro né? Participar mais ativamente, da feira como um todo assim (...) Cara, eu nem lembro, participo de várias coisas, vários gts, sei lá.

Essa necessidade de implicação dos consumidores, que não envolve apenas tempo, mas desejo, maior conhecimento da cadeia produtiva e das necessidades dos produtores é uma característica dos grupos de consumo responsável. Eles tem sua origem histórica nos primeiros empreendimentos de economia solidária, que se tratavam de organizações coletivas de trabalhadores para compra dos itens necessários ao seu sustento. Mascarenhas, Gonçalves e Bensadon (2014) pontuam que os grupos de consumo responsável partem da crítica à forma como o mundo rural sofre pressões para incorporar em seus sistemas de produção a lógica empresarial, de forma que os agricultores perdem em autonomia frente aos grandes monopólios do sistema agroalimentar. Além disto, segundo os autores, estes grupos embasam-se na crítica ao consumo massificado de produtos oriundos de cadeias produtivas que concentram poder e capital.

Em relação a esse tipo de ruptura na cultura hegemônica de consumo, Veronese (2008), ao analisar as características da sociedade atual, em que não mais o consumo está a serviço da identidade¹², mas o contrário, onde tudo, inclusive o corpo, é elevado ao status de produto a ser consumido, de forma efêmera, aponta que o consumidor médio não conhece o conceito de cadeia produtiva, por exemplo,

¹² Aqui estamos partindo da crítica ao conceito de identidade, para assim pensar formas de construção da subjetividade, mas reconhecemos que os modos de subjetivação capitalísticos – muito relacionados ao consumismo – atuam a partir de um paradigma identitário e individualizante.

e que, portanto, produção e consumo são instâncias completamente separadas. Para ela, a ampliação do consumo da economia solidária, é uma forma de transformação do cotidiano e do próprio senso comum. No entanto, aponta a autora para a necessidade de, através da reflexão sobre o *consumo consciente*, não nos reduzirmos à concepção de indivíduo de Descartes, cujas escolhas podem ser plenamente racionais, uma vez que o sujeito, também tem uma vasta gama de conteúdos simbólicos inconscientes, além de constituir-se no mundo através de modos de subjetivação da cultura hegemônica, dos quais pode diferenciar-se, mas não sem reminiscências.

A questão dos processos de singularização é fundamental para pensar a política, os modos de relação e de atribuição de papéis sociedade. Nessa perspectiva, o processo de individualização, conforme discutido anteriormente no capítulo I, não está descolado de uma estrutura social hegemônica, com suas técnicas disciplinares individualizantes, que se atualizam à medida em que também se atualizam as políticas liberais e as estratégias do sistema capitalista. Em contraposição a essas políticas liberais que forjam individualidades, encontram-se, historicamente, diversas propostas políticas que tem como mote a *comunidade*. Uma parte significativa destas propostas, no entanto, conforme aponta Ramos (s.d) funcionou a partir de regimes totalitários, que consideravam lícito o sacrifício do desejo em nome de algo maior para o “povo”.

Agamben (2013) propõe uma outra compreensão da experiência comunitária, que tanto contrapõe a estrutura que separa os indivíduos, como únicos e insubstituíveis, e sobretudo aptos para perpetuar o sistema político-econômico, como à noção totalitária de comunidade que sufoca a experiência e as possibilidades de singularização. A proposta da “comunidade que vem” centra-se na desconstrução da dicotomia entre singular e universal.

. A singularidade permite, para Agamben (2013), à produção de conhecimento -aqui poderíamos pensar na psicologia e demais ciências humanas -, sair do conflito entre o inefável do individual e o inteligível do universal. Trata-se de questionar a pertença a conjuntos (e com isso a identidade), estabelecer novos conjuntos e novas pertenças, ou mesmo afirmar uma ausência genérica de pertença. A singularidade, na comunidade que vem, está relacionada ao ser *qualquer*, cuja origem vem do latim e traduz-se comumente por *indiferente*, mas que segundo Agamben (2013), trata-se

do contrário em sua forma mais correta, “o ser que seja como for, não é indiferente”, ou ainda, “importa”.

O ser qualquer, para Agamben (2013), é o amável, já que aquele que ama não ama a pertença a conjuntos, as características singulares: loiro, baixo, magro, tampouco ama uma universalização, como uma ideia geral de amor. Não prescinde nem do singular, nem do universal. Não se trata de nenhum dos dois, mas de uma singularidade que se faz através do qualquer. F. da Criação diz a respeito do trabalho com a Economia Solidária:

Quando eu vim pra cá, eu gostei muito do ideal daqui do núcleo, e também logo que eu vim a gente começou a trabalhar com o projeto da feira e eu adorei, amei, sabe? É lindo o projeto! São coisas que eu não conhecia, é uma coisa pra além do capitalismo, porque eu só conhecia o capitalismo em si né? E não sabia que tinha outro tipo de economia que fosse possível na sociedade, e também a relação com a comunidade, que é uma relação assim... de amor! Pra mim é como se fosse uma relação de amor tu trabalhar com o grupo.

Ora, quando fala de amor, F. da Criação não se refere nem a uma premissa moral de amor ao próximo, oriunda da tradição cristã, como um amor universal, uma energia que deveria perpassar todas as relações humanas, tampouco se refere a um amor por determinado produtor da economia solidária: suas técnicas, seu trabalho, sua história de vida. Trata-se de um “amor” que tem a ver sim com os sistemas de pertença que se estabelecem entre os atores da feira virtual bem da terra, mas que extrapola a seara do individual ou do universal: é um amor qualquer. Que se dá no plano das relações, da comunidade.

Neste sentido, a constituição dos GCRs, ou mesmo dos empreendimentos de economia solidária, se faz a partir da emergência de singularidades e coletividades que se inventam e transformam mutuamente, como nos sugere L. do Devir:

Então pra mim parece muito óbvio que se tu trabalha dentro dessa lógica coletiva, se tu participa de experiências de locais aonde essas experiências e esse tipo de relacionamento se dá, sei lá, mais assim tu vai agir, sei lá, no teu dia-a-dia, nas coisas que tu faz, nas relações com as pessoas, etc. O estar no coletivo te ensina a agir coletivamente e te molda, sei lá, nessa lógica de ação coletiva. É quase que um sistema autopoético: quanto mais tu participa coletivamente das coisas, mais coletivo tu te torna e tu é e isso aí é um grande círculo virtuoso assim... mais e mais as pessoas vão agindo dentro do coletivo e enxergam naquela lógica ali a forma de atuar.

A constituição dessas configurações grupais se dá através de tensões entre as forças que pretendem conservar as condições vigentes e os processos de ruptura que intentam transformar a realidade (MASCARENHAS, GONÇALVES e

BENSADON, 2014). Para que tal tensionamento seja possível e transformador, os processos de singularização são de fundamental importância, já que as experiências comunitárias se constroem muito em função daquilo que é da ordem do desejo e da subjetividade. No entanto, não se trata de pensar desejo como hegemonicamente se faz na sociedade liberal, de classes, como aquilo que move para a busca de uma satisfação individual. Trata-se, no entanto, de um desejo que move a potência da grupalidade, que ao mesmo tempo envolve organização e confusão, uma vez que a autogestão é algo novo para a maioria dos envolvidos nessas iniciativas, e que o desejo, aquele que segue vivo e não se engessa, guarda alguma relação, ainda que difusa, com o que é caótico.

Bloch (2006) nos fala a respeito da importância das ideias de ordem e liberdade para as práticas que se dão a partir das utopias sociais. Para ele, a noção de liberdade de autodeterminação depende da comunidade que a busca e das condições da sociedade a que esta pertence. Já a ordem, segundo o autor, pode ser de dois tipos, uma emergente do coletivo e com a finalidade de solidificar suas construções, e a outra trata de pura coação e se dá de forma artificial. A ordem mais coerente com o desejo da comunidade tem, para Bloch (2006), um papel importante nos projetos utópicos, uma vez que ela é autenticamente produzida na comunidade, e - talvez possamos dizer - ela dê concretude às iniciativas agenciadas pela utopia.

No caso da feira, a ordem pode ser pensada como esses elementos organizativos através dos quais surgem as demandas de um cada vez maior envolvimento dos consumidores nas tarefas. Ou seja, existe, ainda que não com uma carga horária alta, uma rotina de tarefas a ser cumprida, em maior ou menor grau, por todos os consumidores da feira. Embora esse sistema organizativo tenha sido pensado pela equipe de incubação, atualmente se percebe uma adesão bastante satisfatória dos consumidores a essas tarefas, uma vez que eles parecem entender isso como um processo necessário quando se procura trabalhar de forma autogestionada, de maneira a cada vez mais evitar terceirizações ou outras relações de trabalho subordinado.

F. do Devir sobre essa questão, diz que inicialmente chegou a pensar se as tarefas do sábado seriam “*mais um compromisso*”, e que de fato entende isso como uma forma de comprometer-se, pois não implica apenas ela, mas acordos que afetam outras pessoas. Atualmente, F. do Devir descreve essas tarefas como

bastante “*tranquilas*”, já que são combinadas com antecedência, e segundo sua perspectiva, fazem parte da experiência. T. da Criação, por sua vez, coloca as tarefas como uma problemática da feira, à medida que segundo sua compreensão, as pessoas tem dificuldade de se sentir importantes para a construção coletiva. Dificuldade de perceber, por exemplo, que caso elas faltem em um sábado em que estejam escaladas para a separação, isto fará diferença para o grupo maior.

A liberdade e a ordem, no entanto, não estão dissociadas. B. da Criação acredita que um dos motivos que agencia, ou motiva, a atuação dos consumidores é a possibilidade de participação efetiva. Dentre aquelas tarefas que não são comuns a todos, como a participação nos GTs, observa-se que ao mesmo tempo em que a ocupação dos consumidores neste espaço é cada vez mais necessária, tem participado aqueles que efetivamente desejam fazê-lo. B. da Criação coloca como sendo algo bastante simples, como se o consumidor dissesse “quero participar da coordenação”, então a ele será informado o horário da reunião, e poderá participar. Há, mesmo nas questões de “ordem” ou organização, uma certa liberdade que norteia os processos, que tem a ver com o fato de a feira ser uma estrutura sem um “proprietário”, mas constituir-se enquanto um dispositivo de “uso comum” (uma estrutura profana) para aqueles que dela participam. B. da Criação ainda brinca dizendo que seus pais comprem em um supermercado, e que certamente não seria possível a eles chegar e dizer à gerência “*queremos ajudar vocês na administração daqui*”.

M. da Criação diz que sua expectativa é de que a feira perdure, uma vez que ela considera que a experiência é um processo sólido, embora não ainda consolidado. O motivo de acreditar que a experiência terá sequência é de que, segundo sua leitura, hoje há muitos consumidores e produtores que desejam essa continuidade. E que essas pessoas incorporam as atividades relativas à feira às suas dinâmicas de vida, que o próprio sábado já é protagonizado pela feira, na rotina de vários consumidores. .

M. do Devir faz em sua fala uma relação muito clara entre a organização e o desejo, que ao mesmo tempo permite que as pessoas participem, e é renovado pela própria participação. Ela diz “*participar, separar os produtos pra nós é muito tranquilo. Claro né, que a gente trabalha, então não dá pra tá sempre lá, mas se a gente tivesse tempo, acho que a gente taria sempre lá, porque pra nós é um prazer*”.

Toda a organização da feira, e todo o investimento – simbólico, temporal, subjetivo – empregado a ela por seus participantes, constrói, no presente, relações diferenciadas daquelas que as pessoas estão majoritariamente habituadas a viver. Para Bloch (2006) o hábito é o maior obstáculo das transformações, mas os “sonhos diurnos”, e as utopias, acontecem na diferença da anestesia promovida pelo hábito, que é subjetivamente um empecilho ainda maior do que o poder, já que se apresenta de forma mais incessante e anestesia a consciência.

O hábito não parece ter sido um grande obstáculo para as pessoas entrevistadas, ao contrário do que poderíamos pensar a priori. Trata-se sim de uma grande mudança de perspectiva: a aquisição de alimentos e outros produtos básicos à subsistência se desloca do supermercado para primeiramente um ambiente virtual (durante a semana) e por fim envolve a convivência com outras pessoas e assunção de tarefas. Os consumidores entrevistados (e isso inclui também a equipe de incubação, uma vez que todos são também consumidores) não relataram dificuldades nesta mudança de hábito, mas vários deles falaram de outras mudanças maiores em suas dinâmicas de vida que derivaram da participação da feira.

Talvez esta “facilidade” com que os consumidores relatam ter deslocado seus hábitos de compra para a Feira Virtual se deva ao fato de que boa parte deles já tinha participação anterior em outros espaços coletivos, e, portanto, já tinham, em alguma medida, “hábitos de liberdade”, diferentes daqueles que Bloch (2006) aponta que anestesia a consciência. Eles já tinham experiências que lhes permitiram colocar-se à disposição da participação da feira, permitiram que deixassem afetar-se por ela e produzissem com ela novas vivências, algumas inesperadas. F. do Devir chama isso de “perfil”, ela diz que as pessoas que escolheram participar da feira têm determinadas afinidades no que diz respeito às posições políticas, que já são anteriores à feira. M. da Criação pontua sobre esta questão dizendo que a mudança de hábito para passar a participar das atividades no centro de distribuição foi muito tranquila, especialmente porque os demais integrantes da feira já eram pessoas em quem ela tinha confiança, ou relações políticas que transcendiam a feira virtual, embora esse ciclo tenha se ampliado.

Sobre essas mudanças posteriores à participação na feira, M. da Criação diz “(...) eu acho que isso é um elemento muito positivo da relação das pessoas com a

feira, que é a como a feira transforma a relação das pessoas com a feira(...)”, referindo-se ao seu papel na experiência, que começou muito centrado na atuação como apoiadora, enquanto parte da equipe de incubação, mas que hoje o papel de consumidora é muito importante para ela. A maior mudança que ela identifica é a respeito do hábito de ir ao supermercado, que foi bastante alterado a partir da relação com a feira. M. da Criação acredita que na Feira Virtual, mais do que consumir produtos, consumimos processos. Ou, melhor dizendo, importam muito as relações de produção, de maneira que na feira a relação entre consumo e produção é, para ela, menos alienada. Então, atualmente, quando vai ao supermercado, pensa muito em quem produziu aquilo que ela está comprando. Quando olha para um produto, pensa nas pessoas, muito em função de que na associação Bem da Terra, segundo ela, temos a oportunidade de conhecer os produtores, e por vezes, até mesmo a propriedade em que trabalham. Nesse sentido, conforme analisa M. da Criação, o produto passa a ser uma consequência, sendo que pode acontecer até mesmo de ela consumir um produto que em outras circunstâncias não compraria, mas que passa a ser significativo a partir do contato com o produtor e da descrição que ele faz do processo de produção.

C. do Devir também se refere a uma mudança significativa no âmbito da sua vida, a partir da participação na feira, que é na alimentação. Antes ela não costumava comprar gêneros alimentícios para sua casa, “só miojo”, como ela diz. Então para ela, além de participar de uma experiência coletiva que impulsiona a economia solidária, a feira representa um cuidado com o próprio corpo. Ela diz que a partir da participação na Feira Virtual, passamos a ver o alimento não só como um produto, mas como uma parte de nós.

M. do Devir diz que sempre aprende muito a partir da vivência coletiva na Feira Virtual, e que hoje tem temperos orgânicos plantados em seu pátio, grama em um espaço em que seria colocado concreto, e diz que pretende, junto com sua família, fazer uma horta. Quando perguntada sobre o motivo de continuar participando da feira, M. do Devir diz:

Por causa disso, acho que é essa questão da alimentação, o que mudou também nossa vida assim, a feira, porque a gente começou a se dar conta de quanto é importante a gente mudar os nossos hábitos né? Por exemplo, ahh alimentação saudável, tu vai comprar uma maçã, a maçã cheia de agrotóxico, (...) não é saudável aquilo ali, daqui a pouco é melhor tu comer um pão, sei lá, ou qualquer outra coisa que não seja cheia de agrotóxico(...) Então a gente acabou mudando isso, mudando os nossos hábitos e vendo

qual a importância de comer fruta da época, conhecer o sabor dos alimentos, e a questão também toda de uma participação de mudança na sociedade (...) Aí a gente vê que a feira ela tá pra além disso, que além de tu consumir coisas pra ti, mas de tu também preservar a vida das pessoas que estão ali envolvidas, e a gente também se refaz.

Esta fala da consumidora estabelece uma relação clara entre as mudanças na vida, em seus aspectos mais particulares, como a alimentação e a organização do pátio de casa, com o desejo de transformação da sociedade. Não parece haver dissociação entre estas duas searas, sobretudo para os consumidores entrevistados.

Esse resgate de uma vivência que poderíamos chamar de comunitária transforma as relações de comercialização e compra. Isso se evidencia muito claramente, por exemplo, no processo de separação dos produtos, feito cooperativamente, e incorporado como uma tarefa de todos os consumidores da feira virtual. Trata-se de uma ressignificação do consumo, e de uma profanação das relações de troca, que mantém em alguns aspectos as características e a lógica da economia capitalista (mantém-se a moeda, por exemplo), mas se transforma através da coletivização das atividades. L. do Devir diz:

Eu participo da construção da lógica, enfim, eu ajudo na separação. Eu conheço o produtor se eu quiser, tem uma relação mais íntima, e enfim, essa etapa aí da troca da mercadoria pela moeda, ela é só mais uma etapa, talvez, viajando um pouco, e sendo utópico, não é a finalidade, talvez.

A ideia de o fator econômico não ser central nas relações que se estabelecem na feira virtual também aparece na fala de T. da Criação:

Mas quando tu vê as pessoas falando, tu vê que é bem mais do que o espaço pragmático “e aí é isso e ponto”. Ela [a economia solidária] mexe nas pessoas de uma forma muito mais profunda né? Então isso pra mim é um pouco conflituoso assim, entender... Eu vejo as limitações da feira virtual como um espaço de transformação social, mas ao mesmo tempo eu vejo o quão ela mexe com aqueles consumidores e com aqueles produtores e com quem entra nas universidades pra fazer esse trabalho. Então eu acredito que sim, eu acho que sim (risos), apesar de ser algo que mexe bastante comigo. Tento dialogar comigo mesma muitas vezes essas questões, mas eu acho que sim, que é um espaço de resistência e de transformação.

Se disséssemos – e acreditamos que assim podemos dizer – que a participação na Feira Virtual tem a ver com sonhos, observamos, portanto, que os sonhos dos consumidores não estão tão relacionados ao processo pragmático de comercialização, mesmo que ele se dê de forma diferenciada, mas se trata de um sonho que apenas perpassa esse processo, mas é protagonizado por outros

desejos. Nas quatro entrevistas feitas com eles, e também nas realizadas com membros da equipe de incubação (que também são consumidores) aparece a expectativa de construção de outras relações sociais, de outro modo de organização da sociedade. M. da Criação diz:

Eu particularmente me movo em função dessas questões, que elas são questões mais de fundo, mais de sonhos, mais de expectativas de vida. Quer dizer, eu penso que sempre que a gente desenvolve processos coletivos e eu particularmente, pelo menos até hoje, eu tive uma trajetória muito vinculada a essas questões coletivas (...) E eu entendo que os processos coletivos, eles são responsáveis por produzir nos indivíduos, porque é uma questão individual, quer dizer, a gente acreditar, a gente projetar uma relação diferente. Eu entendo que os coletivos são capazes de fazer isso, eu não entendo que individualmente, ou solitariamente, a gente consiga conceber um mundo diferente e pensar sobre esse mundo diferente. Porque esse mundo diferente ele é resultado de uma transformação e essa transformação é uma transformação coletiva, até a transformação individual, ela é resultado de uma ação coletiva (...) Então, eu sempre entendi que essa coisa do processo de transformação, da utopia, dessa coisa de a gente enxergar à frente, ela tem a ver com isso, ela tem a ver com o mundo ao qual a gente pensa, a gente imagina, a gente luta, mas também aos grupos que a gente se vincula e que buscam esse lugar diferente, digamos assim.

Para os produtores, os sonhos parecem ser um pouco diferentes. Embora haja neles sim - a partir do que apareceu nas entrevistas - o desejo de construção de relações de trabalho outras, sobretudo implicadas na produção e consumo de alimentos, eles têm no fator econômico aquilo que é básico, a própria subsistência. Sonhar com uma outra economia, para os produtores, é sonhar também com condições de vida menos difíceis para eles mesmos.

O fator econômico como analisador do sonho dos produtores é bem explicitado através das entrevistas, uma vez que três dos produtores entrevistados são agricultores e uma é artesã. O artesanato, na feira virtual, representa uma porcentagem muito pequena das vendas (talvez em torno de 5%). A artesã entrevistada, R. dos Sonhos, quase não falou de sonhos ou utopias, e enquanto falava, se referiu a sonhos frustrados. Ela compunha dois grupos participantes da associação. Um deles, no entanto, acabou se desligando, e ela seguiu participando enquanto produtora do outro grupo. Embora se refira à feira virtual de forma muito positiva, não a coloca como estando relacionada a um sonho seu ou do grupo que participa. Ela diz: *“Eu acho que é um direito que todo mundo tem, a formar um grupo, e expandir um pouco o trabalho que faz, mas eu tenho dificuldade, porque é difícil de a gente conquistar pessoas pra formarem um grupo”*.

M da Criação fala a respeito da feira enquanto tendo um papel econômico fundamental para os produtores:

(...) Então organizar uma alternativa de comercialização que ela trouxesse, além de ela não conseguir no tempo se viabilizar, ela produzir uma frustração e trazer talvez algum prejuízo econômico pros produtores é muito complicado, quer dizer, uma coisa é daqui a pouco a gente ter uma relação que é uma relação que de alguma forma, por alguma razão ela se transforma, ela se modifica. Outra coisa é daqui a pouco um processo econômico, que interfere na realidade, no cotidiano, que interfere na renda de uma família e não se viabilizar, então quando a gente estruturou inicialmente a gente tinha uma preocupação muito forte com isso. A questão da comercialização na feira, ela é muito importante pra criar uma condição diferenciada pros produtores. Claro que os consumidores eles, era muito importante, é muito importante tanto que é isso, a gente muda a nossa rotina, a gente muda o nosso cotidiano, a gente muda o nossa concepção, mas pros produtores isso passava a ser, porque afinal de contas, os produtores, eles não comercializando na feira virtual, eles deveriam se jogar pra dentro do mercado convencional, o mercado capitalista, e hoje a gente sabe que tem vários empreendimentos que tem uma produção equivalente a mais da metade da produção do empreendimento, vinculada à feira virtual.

M. da Criação faz esta fala referindo-se à forma como a feira inicialmente foi projetada, de maneira a priorizar mais sua viabilidade do ponto de vista econômico e de execução, do que do acesso a um público maior de consumidores. Foi assim dada a necessidade da construção de espaços que remunerassem os produtores de forma justa e incentivassem que eles pudessem continuar trabalhando com a produção agroecológica.

N. dos Sonhos conta sua história na agricultura, enfatizando bastante o período de em que produziu fumo. Ela diz que durante cinco anos, plantou junto com seu marido, apenas para pagar a dívida que havia contraído com a empresa fumageira. Ela relata que as empresas sempre tinham uma “novidade” em agrotóxico para vender, que a desculpa era de que a produção seria melhor, mas em sua avaliação, a grande beneficiada era a indústria de agrotóxicos. N dos Sonhos acredita que a produção do fumo era adoecedora, ela diz:

A gente trabalhava trabalhava, colhia fumo. Às vezes era 8, 9 horas da noite a gente tava lá carregando (...) Aí depois eu tinha que tirar leite né? Aí tu imagina se eu ia ter condição de fazer uma comida, de comer alguma coisa? Eu não tinha, porque a canceira era tanta, que não dava vontade nem de comer nem nada. Porque eu fiquei doente depois disso, agora eu tenho uma anemia que sempre renova né? Mas foi dali, porque eu nunca tinha nada.

Após os cinco anos em que plantaram fumo - segundo ela contrariados - para pagar a dívida, iniciaram a tentativa de produzir sem agrotóxico. Começaram o

processo de transição há cerca de cinco anos, procurando alternativas, testando receitas. Mas há um ano conseguiram eliminar completamente os adubos químicos. Ela conta que sempre procura conversar com outros agricultores vizinhos sobre a produção orgânica, porque observa que há outras pessoas que têm potencial e precisam conhecer mais acerca das formas alternativas de produção.

Os empreendimentos rurais da associação Bem da Terra têm como característica o fato de a organização entre as famílias acontecer mais para fins de comercialização, do que de produção conjunta. Este é o caso do grupo do qual participa N. dos Sonhos, formado atualmente por cinco famílias. No entanto, os laços de solidariedade extrapolam essa questão organizativa. Ela conta que produz adubo orgânico também para as outras famílias que participam do seu grupo, já que elas, muitas vezes, não têm tempo disponível para isto. E ela diz preferir produzir um pouco a mais e garantir que as demais famílias também tenham os produtos *limpos* e de qualidade para produzir.

N. dos Sonhos conta sobre a indiferença da relação que a empresa fumageira estabelecia para com os agricultores. Ela fala de uma história em que precisava de dez reais para pagar as aulas de informática que a filha fazia, e que os pagamentos da empresa sempre atrasavam. E um dia ela pediu esse pequeno adiantamento, e eles não demonstraram a mínima sensibilidade ou preocupação. Hoje, ela e o marido, T. dos Sonhos, fornecem para a feira virtual e para alguns consumidores que encomendam e compram diretamente com eles. Os dois se orgulham de falar da relação de confiança que conseguem construir nestas duas formas de comercialização, uma relação que entendem como sendo muito mais humana.

É fácil perceber, através dos relatos de N. dos Sonhos, que não se trata apenas de sonhar com uma maior qualidade de vida que pode ser obtida através da remuneração mais justa do agricultor, mas se trata de trabalhar de forma mais saudável, e relacionar-se de forma mais direta com as pessoas que consomem aquilo que ela produz, e com aqueles que também produzem alimentos. Para além desses sonhos, que dizem respeito a mudanças em sua vida, N. dos Sonhos fala também acerca de suas utopias, de seus desejos de transformação. Sobre acreditar no potencial de mudança de iniciativas como a feira virtual, ela diz: *“Eu acho que muda tudo. Eu acho que tem tudo pra dar certo. Tem que mudar, as pessoas tem*

que ficar mais juntas, eu acho. Pra poder mudar, porque eu acho que isso aí pode ser uma engrenagem que pode mudar o mundo.”

T. dos Sonhos diz que o tipo de trabalho que realiza hoje, com alimentos agroecológicos, é menos estressante e perigoso, por não lidar com produtos tóxicos. Também ressalta a diferença na remuneração ao vender sem atravessador, e coloca que a relação que estabelece com os consumidores é “como uma família”, uma vez que ele vende há 28 anos para os mesmos clientes, levando os produtos em suas casas, e que eles acompanharam inclusive o processo de transição agroecológica. Apesar de terem outras fontes de comercialização, T. e N. dos sonhos reforçam a importância da feira virtual por ela permitir acesso de mais pessoas aos alimentos que eles chamam de “limpos”.

L. dos Sonhos também fala da importância do aspecto econômico para os produtores da Feira Virtual:

Eu acho que pra gente manter o jovem na agricultura, tem que ter um preço justo, não tem que ter atravessador pro colono ganhar mais e se manter no processo dele de agricultura né? E eu acho assim, num termo geral, que eu vejo todos os nossos grupos, que hoje são 35, mas mais ou menos uns 6, 7, na agricultura, todos tão muito contentes com o processo, todinhos.

Da mesma forma como pudemos observar com os consumidores, para os produtores, os sonhos que movem as mudanças mais cotidianas, no âmbito de suas vidas e relações familiares, por exemplo, caminham em conjunto com os sonhos de uma outra economia, de uma *“agricultura mais justa”*, como disse L. dos Sonhos, e de uma sociedade mais solidária. Como discutimos no capítulo II, para Bloch (2005), as utopias concretas formam-se a partir de sonhos diurnos. Uma das características desses sonhos é que os sujeitos, os sonhadores, não perdem contato com suas privações, suas limitações, advindas das condições sociais às quais estão submetidos. Talvez por essa condição, de uma consciência desperta é que as utopias sociais presentes entre aqueles que constroem a Feira Virtual atuam na singularidade, conforme compreendida por Agamben (2013), que não é individual, nem universal. Dizendo de outra forma, ao mesmo tempo em que os produtores encontram um espaço fértil para singularizar-se, para inventar-se de forma diferenciada daquelas instituídas pelos modos de subjetivação hegemônicos, eles encontram (e constroem) condições para sonhar com um futuro diferente daquele da ordem dos acontecimentos imposta como natural.

Bloch diferencia os sonhos diurnos dos noturnos, e também se utiliza da psicanálise freudiana para compreender os sonhos diurnos. Diferente de Freud e seus discípulos, no entanto, ele não delega ao sonho diurno o papel de mero prelúdio ao sonho noturno (MACHADO, 2008). Para Bloch (2005) o sonho diurno se diferencia do noturno à medida que se pode sim imaginar e até delirar, mas sem deixar de ter a possibilidade de ponderar e planejar. No sonho noturno, também há elementos da *consciência utópica*, mas o diurno produz utopias situadas também em seus roteiros, no sentido de que para ele a utopia se faz possível dentro de um determinado roteiro histórico (BLOCH, 2006).

Os sonhos noturnos, na perspectiva psicanalítica, demandam ser interpretados. Enquanto para Bloch (2005), os sonhos diurnos não demandam interpretação, mas elaboração. A partir da elaboração torna-se possível o acesso a uma consciência utópica, que possibilita antever elementos futuros, elementos do que *ainda-não-é*, mas que também tem uma parte inconsciente, uma vez que vislumbra algo que ainda não foi manifestado no mundo (COSTA, 2009). Estes sonhos, e mesmo estes elementos inconscientes, nesta perspectiva não estão voltados para uma memória do passado, tal como se estrutura a psicanálise, mas estão no plano do devir.

T. da Criação fala a respeito da relação da Feira Virtual com o sonho de um futuro diferente:

Essa busca por algo diferente...É uma perspectiva de futuro diferente do que a gente tem, de relações de trabalho diferentes das que a gente tem hoje, eu vejo como um sonho mesmo, e como algo que pode ser realizado. E acho que vem sendo realizado com pequenos passos.

A fala de T. da Criação, assim como a de outros participantes da feira que foram entrevistados, aponta para a relação do empreendimento com o que Bloch (2005) chama de utopia concreta. Ou seja, embora eles vejam na Feira Virtual um sonho, bem como na economia solidária, não parecem vê-la como um sonho distante ou abstrato, mas sim como algo que tem concretude e possibilidade de realização. T. dos Sonhos diz a respeito disso *“e é um sonho assim que eu acho que tá se tornando realidade e tem que se sonhar, a vida toda é assim, tem que ter um sonho, se não as coisas não acontecem”*.

Em relação à crítica ao presente e capacidade de antecipação em relação ao futuro, os participantes da feira entrevistados demonstraram um forte desejo de

ampliação dela, ou, se pensarmos com Agamben (2007) de profanação, uma vez que se preocupam com o fato de que algumas características da estrutura de organização da feira, e mesmo o preço de alguns produtos, acaba restringindo o público de consumidores que participa, estando atualmente muito ligado às universidades de Pelotas. T. da Criação demonstra bastante preocupação com isso, relatando a frustração que teve em alguns momentos ao apresentar a feira para pessoas que tem um poder aquisitivo um pouco menor, ou que tem famílias mais numerosas:

Eu digo que o alimento orgânico e de economia solidária, ele normalmente é mais caro né? Realmente eu acho que pra nós, Laís, assim que consumimos dois quilos de arroz no mês, sei lá, eu digo por mim, mas né? Ele até compensa porque tu tá comendo comida, por um preço bom, relativamente bom, porque é um pouco mais caro que outro, e muitas vezes ele é mais barato. Em épocas de safra, determinado alimento, ele sai mais barato e tudo, mas tu vai falar com famílias, que eu acabo conhecendo pela questão de envolvimento com movimentos sociais, que consomem 10 quilos de arroz, 10 quilos de feijão e cinco de farinha no mês, faz diferença. Ela não pode consumir na feira, porque faz diferença, aquela mulher e aquele homem normalmente tem famílias maiores, de quatro pessoas, o casal, dois filhos, normalmente são as pessoas que eu mais conversei sobre isso.

Dentre os produtores essa preocupação também aparece com bastante força. N. dos Sonhos diz que ao estabelecer os preços de seus produtos, sempre pensa nos participantes da feira que tem um poder aquisitivo menor, porque “*todo mundo tem direito de ter um produto bom pra comer*”, nas palavras dela. T. dos Sonhos acredita que todas as pessoas deveriam ter acesso ao alimento orgânico, porque para ele “*alimento é uma coisa sagrada.*” Brincando com Agamben (2007) talvez possamos dizer que embora use a palavra “sagrada”, seu T. dos Sonhos gostaria que os produtos da agricultura orgânica fossem profanos, não os alimentos em si, que ao serem consumidos acabam na seara individual, mas a agroecologia de uma forma mais ampla, enquanto produtora de outras relações com o trabalho, o corpo e a alimentação.

M. da Criação acredita que para que seja possível a ampliação da feira para que outros setores da sociedade tenham acesso a ela, mais especificamente a população mais pobre, é necessário que a organização da estrutura seja repensada para ir até essas pessoas. Ela coloca como sendo algo fundamental a planejar, sobretudo pelo fato de a feira nortear-se por um paradigma de transformação social, mas tal como a feira está estruturada atualmente, ela restringe o acesso dessas pessoas. Isso acontece, segundo M. da Criação, porque esta população mais pobre

está geograficamente localizada mais distante do centro da cidade – e do CD – e também porque não necessariamente tenha hábito ou conhecimento para o uso cotidiano de computadores e internet, como de forma geral acontece com o público atual da feira.

Observamos que o desejo dos participantes da feira, os do Devir, da Criação e dos Sonhos, é de torná-la uma estrutura ainda mais profana. Desejam isso, no entanto, porque já percebem nela essa característica de uso comum para aqueles que dela participam, que afinal de contas estabelecem com ela relações cada vez menos alienadas, mais orgânicas. Percebem que a feira – enquanto movida por um devir solidário da economia – é um sonho concreto. E por sabê-lo concreto, por vezes, são temerosos ao usar a palavra utopia. Vejamos as falas de F. da Criação e C. do devir, nesta ordem:

Eu comecei a perceber que essa outra economia era uma coisa que podia ser concreta, não aquele sonho, aquela coisa inatingível, porque no início eu pensava assim, eu não tinha noção do que era, eu não sabia que existia uma outra economia, que poderia ter força né? Desde que bem estruturada. Eu não tinha noção que pudesse coexistir com a economia atual, nossa, predominante, com certeza minha visão mudou drasticamente de uns dois anos pra cá. Eu vejo que não é mais aquela coisa inatingível, não é aquela utopia né? Eu vejo que já consegue se concretizar.

Eu não queria que fosse tão utópico. Eu consigo relacionar isso com muitas outras coisas na vida assim, de querer juntinho assim, cada um fazendo um papelzinho pra um bem muito maior, sei lá, pensando a educação também. E eu tava falando sobre isso esses dias, o quão utópico, o quão lindo é isso, se você analisar no micro sabe? O quão legal é o quanto tudo isso funciona. Mas saber o quão difícil é aumentar isso e fazer ter alguma visibilidade mesmo sabe? Pra tornar uma coisa maior.

A fala das duas mostra uma compreensão da utopia mais relacionada à abstração, a algo que talvez não alcancemos. Ao mesmo tempo em que demonstra alguma angústia em relação ao futuro da economia solidária, será que ela pode crescer? Será que é mesmo tão difícil torná-la “maior”, no sentido de mais ampla, mais profana, mais acessível, e mais desafiadora ao sistema econômico vigente?

F. do Devir, sobre a utopia na feira diz:

Utopia no sentido de mover pruma coisa melhor, não que seja algo inatingível. Eu acho que a gente já atingiu bastante, a gente já avançou bastante. Mas eu acho que sim, e eu acho que esse é o fio que costura as pessoas, eu sou diferente, cada um é de um jeito, e quem me observa assim pode pensar ‘bom, nada a ver com a gente, nada a ver. A gente vai se descobrindo né? A gente tem formas diferentes de se expressar, de se mostrar, mas o fio que costura é essa utopia, é esse querer, esse desejo.

A consumidora definiu de uma forma tão bonita a utopia presente na feira como este fio que nos liga. Enquanto pesquisadora, a cada entrevista, me sentia bastante angustiada por saber que a pesquisa não devolveria algo concreto, tangível para aquelas pessoas que dispunham um pouco do seu tempo para me falar de seus sonhos. Por essa sensação, que beirava a culpa, eu agradecia muitas vezes pela entrevista. Dizia “muito obrigada, sem palavras.” Até que uma das respostas a esses agradecimentos, a de L. dos Sonhos, foi “Imagina, nós somos todos Bem da Terra”. Achei muito bonito e emocionante o gesto dela, que com palavras tão simples, me tranquilizou enquanto alguém tão incipiente na pesquisa e com uma trajetória acadêmica mais vinculada à extensão. Ela não falava comigo apenas como alguém que estava ali para fazer seu tcc, mas alguém que também tinha no sobrenome “da Criação” e “do Devir”.

L. do Devir, sobre a utopia que move a construção da feira, diz que *“estamos tendo êxito eu acho, nesse processo aí. Mas também se a gente não conseguir, azar, a gente tentou e foi legal, né? A gente tanta de novo.”* Sim, a gente tenta de novo. Nós e todos e todas que de dia – despertados, entre fantasias e análises – sonhamos com uma economia diferente, e relações sociais e de trabalho também diferentes. Podemos sonhar e tentar de novo. E podemos - por que não? – usar a palavra utopia. Não nos foi proibido sonhar, e ainda que fosse, encontraríamos brechas para enxergar que assim como não estamos prontos, o mundo também não está.

Passos de uma utopia menor (Ou Sobre como inventar uma conclusão)

Até aqui falamos de sonhos. Sonhos de um mundo melhor, sonhos de uma sociedade mais igualitária, e sonhos da destituição da hierarquia através da autogestão. Sonhos de solidariedade, que é princípio de uma economia outra, mas mais do que isso, é uma forma de se relacionar que dispara outros jeitos de ser e estar no mundo.

Falamos de sonhos que se dão na prática, ou se revertem em práxis. Se aqui falamos de utopias, falamos de utopias concretas (BLOCH, 2006). Concordamos com Brasil (2011, p. 256) quando nos diz:

A economia solidária tem sua própria racionalidade, que vem sendo construída “de baixo para cima” na qual a subjetividade não é atropelada pelas análises focadas apenas nos fatores objetivos. Quiçá a economia solidária possa, de forma efetiva, guiar-se mais pela utopia legítima de seus trabalhadores e trabalhadoras, ao invés de subjugar-las a favor de certas utopias prontas, pior ainda, de desprezar ou desestimular a produção de utopias.(...)

Dessa forma, entendemos que as utopias da economia solidária são aquelas que de fato emergem dos trabalhadores, dos consumidores e das instituições de apoio, a exemplo das incubadoras, conforme na iniciativa discutida neste trabalho. Será que a respeito da utopia na economia solidária, poderíamos concluir algo? Será que podemos fazer afirmações para além desta, de que se há uma utopia da outra economia, ela vem de um sonho compartilhado, mais do que da abstração de um projeto?

Concluir é chegar a um fim, ou apontar para um fim. No entanto, a partir das vozes que ouvimos para compor esse trabalho, das ideias e afetos que *antropofagizamos*, a noção mais forte que poderíamos imaginar (e sim, nos permitimos imaginar, afinal de contas, a utopia não é somente, mas é também imaginação) é de um meio. Os atores que constroem a economia solidária vislumbram sim características de uma nova sociedade, aquela que se empenham em construir, mas suas utopias não parecem servir tanto a este fim, mas atuam como um meio: a utopia é aquilo que lhes renova o desejo de efetivar transformações no presente, naqueles espaços em que estão inseridos, nas suas relações, na micropolítica do cotidiano. É um meio que mantém o entusiasmo e a

vontade de criar, que potencializa a construção de um futuro outro, sua imaginação e sua criação.

Esta utopia-meio ou este meio utópico não significa que não há sonhos de futuro na economia solidária. Há sim, não estamos presos na obscuridade do instante, ou mesmo na overdose de luzes deste presente. Sobretudo pela insatisfação com uma sociedade que produz segregações e opressões. Os produtores imaginam um futuro em que todas as pessoas tenham acesso a alimentos produzidos sem veneno, os consumidores imaginam um futuro em que as relações de produção e consumo aconteçam de forma menos alienada. Todos têm seus sonhos, suas ideias, e alguma capacidade de antecipação, que é própria da ação da utopia.

No entanto, trata-se de pensar um futuro que não paralisa. A economia solidária pode construir seus projetos, mas a distante efetivação dos mesmos não diminui o entusiasmo, porque se trata do desejo que transforma, de um jeito inesperado e imprevisível, a vida daqueles que participam da economia solidária. Ou, dizendo de outra forma, aqueles que se colocam à disposição da participação de coletivos que constroem a economia solidária fazem uso dessa experiência de uma forma que não planejam a priori, mas este uso reinventa suas relações com o mundo e contribui para que novas utopias se criem, e para que mais concretude ganhem os sonhos de uma sociedade melhor.

Esta utopia que se faz nos meios, nos hábitos, nos processos de singularização, essa utopia que dá pequenos passos, mas que dá passos a partir de encontros alegres, talvez seja uma utopia menor. Deleuze e Guattari (1977), em seu texto sobre Kafka propõem uma literatura menor, revolucionária, que fala das condições do povo. A utopia menor, por sua vez, não é apenas um sonho para os proletários, é um sonho deles mesmos. Sobre a literatura, Deleuze e Guattari (1977, p.42) escrevem:

Quantos estilos, ou gêneros, ou movimentos literários, mesmo bem pequenos, só tem um sonho: preencher uma função maior da linguagem, fazer ofertas de serviço como língua do Estado, língua oficial (...) Ter o sonho contrário: saber criar um tornar-se menor.

A economia solidária talvez saiba, como segundo a perspectiva de Deleuze e Guattari (1977), a literatura de Kafka, criar um torna-se menor. Uma utopia que não

tem âncora nem no poder estatal, nem na lógica do mercado, é feita por processos de singularização capazes de promover sonhos menores.

Sonhos menores porque não estão sob os projetores que iluminam resultados espetaculares, ou mudanças que correm na velocidade que o afeto não pode acompanhar, menos ainda, a memória. Menores porque não sufocam a experiência. Ao contrário, são utopias intensamente experienciadas. Os consumidores orgulham-se em dizer que participam da construção da lógica do processo, e carinhosamente narram a história da sua participação na feira virtual, as mudanças desencadeadas por ela, as dificuldades e as expectativas. Poderíamos dizer que a economia solidária propõe uma espécie de retorno da experiência, e de uma lentidão necessária para que se sinta seus gostos, cheiros e se possa ver suas cores.

Não se pode experienciar pela lógica da pressa e da produtividade própria da sociedade capitalística, experencia-se ouvindo a voz de outros atores, que também falam de seus sonhos. A utopia menor, na economia solidária, se dá na experiência. Agamben, citado por Didi-Huberman (2008, p.76) pontua que “o homem moderno volta para casa, à noitinha, extenuado por uma mixórdia de eventos - divertidos ou maçantes, banais ou insólitos, agradáveis ou atroztes, entretanto nenhum deles se tornou experiência.” A economia solidária, como forma de organização do trabalho, e também nos coletivos de consumo responsável, para os consumidores, é uma forma de criticar essa lógica e permitir que seus participantes voltem para casa ao fim do dia, elaborando experiências, elaborando sonhos diurnos.

A economia solidária acontece muito a partir de profanações, poderia inclusive ser chamada de uma economia profana, à medida que se diferencia tanto do capitalismo em sua constituição religiosa. No entanto, ainda existem espaços sagrados, sobretudo no que concerne ao consumo, uma vez que, como observado nas entrevistas, as classes mais desfavorecidas economicamente não acessam estruturas como a Feira Virtual. Como crítica a isso, uma cada vez maior profanação do acesso a essas estruturas parece ser o sonho daqueles que delas participam.

A autogestão por si só, é uma forma profana de gerir. As estruturas decisórias não se sacralizam ou restringem-se, mas permitem que diversas vozes construam a história do empreendimento, da associação, do núcleo de consumidores, e, no caso discutido neste trabalho, da Feira Virtual como um todo.

Ao mesmo tempo em que uma das utopias daqueles que constroem o fenômeno da economia solidária é profaná-la, eles efetuam uma profanação da utopia, no sentido de trazê-la para o plano da imagem, dos lampejos, dos vagalumes. Uma utopia das políticas do cotidiano, que desconstrói na prática o paradigma individualizante, de uma forma acessível tanto àqueles que já têm experiências coletivas anteriores quanto aos que encontram na feira, ou em iniciativas semelhantes, o coletivo como uma grande novidade como forma de organização.

É importante acentuar que nem só de utopias vive a economia solidária, mas de sobrevivências. Ela nasce como uma alternativa ao desemprego e ganha mais adeptos em tempos em que o capitalismo mais produz excluídos. É uma economia minoritária, por isso carrega consigo uma utopia menor: “Grande e revolucionário, somente o menor” (DELEUZE e GUATTARI, 1977, p.40).

Se Nietzsche nos diz que “nós temos a arte a fim de que a verdade não nos mate” (apud MACHADO, p.86), talvez possamos dizer que a utopia existe para que uma dada verdade do presente também não nos destrua. A arte também é utopia, no sentido de que cria novos lugares, novas realidades para além do aqui e agora. E a economia solidária, com suas utopias, cria novos lugares, sem ser ilha, mas do jeito mais profano que pode, deslocando-nos do insuportável do desespero para a potência de esperança.

Referências bibliográficas

- AGAMBEN, G. **Elogio da profanação**. Profanações. São Paulo: Boi Tempo, _____ . **O que é o contemporâneo? e outros ensaios**. Editora Argos, _____ . **A comunidade que vem**. Autentica, 2013.
- BAUMAN, Z. **Capitalismo parasitário – e outros temas contemporâneos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2010.
- BÊTA, J. L. **Arthur Bispo do Rosário e o Manto da Apresentação: Poesia em verso e anverso**. Revista Garrafa 24, 2011.
- BLOCH, E. **Liberdade e ordem, esboço das utopias sociais**. IN: BLOCH, E.O Princípio Esperança II. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, 28-153.
- _____. **O princípio esperança**. Rio de Janeiro: EdUERJ: Contraponto, 2005. v.1
- BRASIL, M. S. **A produção social das utopias: uma análise a partir da economia solidária**. Tese. (Doutorado em sociologia) - Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.
- CANSADO, A. C. **A construção da autogestão em empreendimentos da economia solidária: Uma proposta metodológica baseada em Paulo Freire**. In: SILVA JÚNIOR, TORRES, J. et al. (org) **Gestão Social: práticas em debate teorias em construção**. Fortaleza: UFC/Impressão universitária, p. 97-113, 2008.
- CHAUÍ, M. **Notas sobre utopia**. Ciência e cultura, v. 60, n. SPE1, p. 7-12, 2008.
- CIORAN, E. **Mecanismo da utopia**. IN: CIORAN, E. **História e utopia**, 1994.
- COELHO, T. **O que é utopia**. Abril Cultural/Brasiliense, 1985.
- 2007.
- COLOMBO, A. **Formas da utopia: as muitas formas e a tensão única em direção à sociedade da justiça**. Revista Morus-utopia e renascimento, Campinas, n.3, p.55-68, 2006.
- COSTA, M.F.T.C. **A utopia na perspectiva de Ernst Bloch**. ENCONTRO NACIONAL DA ABRAPSO, XV, 2009.
- CRUZ, A.C.M. **A diferença da igualdade: a dinâmica econômica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul. 2006**. 2006. Tese de Doutorado. (Doutorado em Economia)–Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

DELEUZE, G. **O que é um dispositivo?** Disponível em <http://escolanomade.org/2016/02/24/deleuze-o-que-e-um-dispositivo/>, 1990. Acesso em 13 de maio de 2016.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. **A literatura menor**. In: DELEUZE, G; GUATTARI, F. Por uma literatura menor. Rio de Janeiro: Imago, p. 25 a 43, 1977.

DIDI-HUBERMAN, G; ECO, U. **Sobrevivência dos vaga-lumes**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

GUATTARI, F; DELEUZE, G. **Mil platôs-vol. 2**. Editora 34, 2000.

GUATTARI, F; Rolnik, S. **Micropolítica. Cartografias do Desejo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

ITS BRASIL, Instituto de Tecnologia Social. **Tecnologia social**. Disponível em: <http://www.itsbrasil.org.br/conceitos/tecnologia-social> - acesso em 15/05/2016.

JACOBY, R. **O fim da utopia: política e cultura na era da apatia**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MACHADO, C. E. J. **Sonhos diurnos e geografia—sobre O princípio esperança de Ernst Bloch**. Trans/Form/Ação, v. 31, n. 01, 2014.

MACHADO, R. **Nietzsche e a verdade**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

MASCARENHAS, T. S; GONÇALVES, J; BENSADON, L. S. **A atuação dos grupos de consumo responsável no Brasil: expressões de práticas de resistência e intercâmbios em rede**. VII Encontro Nacional de Estudos do Consumo III Encontro Luso-Brasileiro de Estudos do Consumo I Encontro Latino-Americano de Estudos do Consumo.

MELO, A. B. **Novos movimentos sociais e economia solidária: uma breve cartografia da autogestão como processo de subjetivação**. Tese de Doutorado. Dissertação de Psicologia—PUC/MG, 2007.

MELLO, T. **Estatuto do homem**. Disponível em: <http://www.blocosonline.com.br/literatura/poesia/p01/p011101.htm> - Acesso em 05/04/2016.

MORUS, T. **Utopia**. Tredition, 2012.

NAFFAH NETO, A. **Violência e ressentimento: Psicanálise diante do niilismo contemporâneo**. IN: CARDOSO, I; SILVEIRA, P; NAFFAH NETO, A. Utopia e mal-estar na cultura: perspectivas psicanalíticas. Curso de Pos-Gradu Paulo, 1997

Utopia e Mal-Estar na Cultura: Perspectivas Psicanalíticas. São Paulo: Hucitec, 1997.

NASCIMENTO, C. **Autogestão: economia solidária e utopia**. *Otra economía*, v. 2, n. 3, p. 27-40, 2011.

RAMOS, P. H. V. V. **Sobre A comunidade que vem de Giorgio Agamben**.

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Departamento de Filosofia, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.

SANTOS, T. R. **Reconsiderando a utopia: um estudo sobre o pensamento de Ernst Bloch**. 2011. Dissertação. (Mestrado em Filosofia) - Mestrado do Instituto de Filosofia, Artes e Cultura da Universidade Federal de Ouro Preto. Ouro Preto, 2011.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, E. L. A. **Psicanálise e a vocação iconoclasta das utopias**. *Morus-Utopia e Renascimento*, n. 6, p. 397-404, 2009.

SOUZA, E.L.A. **Uma invenção da utopia**. São Paulo: Lumme, 2007.

2009.

TEIXEIRA, L.G. **Utopia e Marx**. Ed Baraúna. São Paulo, 2015.

68, 2006.

Apêndices

Apêndice A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma. Sua participação na pesquisa não lhe acarreta nenhum tipo de despesa. A pesquisa se pauta na manutenção do sigilo e da privacidade dos participantes da pesquisa durante todas as suas fases. Nesse sentido, asseguramos que sua identidade será totalmente preservada.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: Economia solidária: utopia e formas de profanação

Pesquisadores Responsáveis: Édio Raniere – edioraniere@gmail.com e Laís Vargas Ramm – laisramm@gmail.com

Telefone para contato: (53) 84029231

A entrevistas semi-estruturadas (procedimento) pretendem auxiliar os pesquisadores a construir um mapa afetivo, chamado tecnicamente de cartografia (método de pesquisa). O objetivo é compreender em que medida o conceito de utopia agencia sua participação na economia solidária. Esta pesquisa cartográfica servirá para a construção do trabalho de conclusão de curso (tcc) da aluna Laís Vargas Ramm, do curso de Psicologia, da Universidade Federal de Pelotas. As entrevistas justificam-se pela necessidade de compreender o funcionamento do conceito de utopia em uma experiência prática de economia solidária. Num futuro próximo poderá servir, também, como base para outras pesquisas bem como para conferências e demais trabalhos apresentados em congressos científicos sobre o tema.

Os riscos da sua participação nesta pesquisa são mínimos, uma vez que não serão abordados temas psicológicos que poderiam sensibilizá-lo(a) muito

significativamente. O risco que podemos identificar é de em algum momento você questionar politicamente os motivos da sua participação na feira virtual e sua relação com a economia solidária. Para minimizar este risco, asseguramos que as perguntas se relacionarão unicamente à sua experiência com a iniciativa de economia solidária, podendo você escolher quais informações compartilhar ou não. Além disto, a pesquisa se pauta nas normas da resolução Resolução 466/12, estando você amparado(a) em caso de algum dano. Já como benefício, você terá a oportunidade de dialogar a respeito das relações entre a economia e a utopia, bem como a respeito da sua participação na feira virtual. Ainda como benefício, ao final da pesquisa, caso deseje, você poderá ter acesso ao produto final da mesma, observando a contribuição acadêmica dela a respeito dos processos de consumo, produção e incubação da Feira Virtual Bem da Terra, e a sua relação com o conceito de utopia.

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Eu,, portador do RG
..... e do
CPF....., abaixo assinado, concordo em participar do
presente estudo. Autorizo a utilização da minha entrevista. Fui devidamente
informado e esclarecido sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim
como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação.

Local e data:

Nome:

Assinatura:

Telefone para contato:

Apêndice B

Pré-roteiro de entrevista semi-estruturada

- 1- Participas da Feira Virtual Bem da Terra há quanto tempo (seja como consumidor, produtor ou parte da equipe de incubação)?
- 2- Como começou tua participação? Como conhecestes a ideia?
- 3- De que forma descreves tua relação com a feira, de quais atividades participa, e como é a relação com o grupo mais direto de outros participantes (companheiros de núcleo de consumidores, colegas da equipe de incubação ou outros trabalhadores da economia solidária)?
- 4- De que forma descreves a mudança de hábito ocasionada pela participação na feira?
- 5- Por que participas da feira até o momento?
- 6- Como imaginas que será o futuro desta experiência?
- 7- Acreditas que experiências construídas coletivamente como esta contribuem para algum tipo de mudança nas relações sociais? Por quê?
- 8- Acreditas que há uma utopia (ou sonho) agenciando a construção dessa experiência? Por quê?